

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO IV – nº 27 – Janeiro e fevereiro de 2010

**Sisejufe e Fenajufe lutam contra
congelamento de salários.**

Páginas 6 e 7

**7º Congrejufe discutirá diretrizes
da categoria nos próximos anos.**

Página 11

**1ª Confecom debate
democratização da mídia.**

Páginas 28 a 32



Botequim do Sisejufe

26/2/2010 (6ª feira) às 19h
no DC Grill (av. Rio Branco, 124, subsolo)



Orquestra Republicana
com buffet de comidas e bebidas

R\$ 20,00 para sindicalizados
(direito a comprar dois ingressos)

R\$ 50,00 para não filiados.

Editorial

Texto da jornalista Ana Helena Tavares sobre a criação da Comissão da Verdade abre a 1ª edição de Ideias em Revista de 2010.

Página 4

Sindicais

Confira ações e processos administrativos que o Departamento Jurídico deu entrada, como o pedido para reincorporar reajuste de 11,98%.

Página 5

Revisão Salarial

Seguindo orientação da Fenajufe, sindicato volta a carga na mobilização para pressionar deputados a aprovarem projeto da revisão salarial.

Páginas 6 e 7

Salário Congelado

Além da campanha pela revisão salarial, servidores em geral se preparam para enfrentar a luta contra o projeto que congela salários do funcionalismo público.

Páginas 8 e 9

Justiça do Trabalho

O representante sindical do TRT David Cordeiro participa de reunião do Conselho de Gestão Estratégica e defende propostas que refletem na vida dos servidores.

Página 10

Congrejufe

A Fenajufe e os sindicatos filiados, entre eles, o Sisejufe, nos preparativos para realização do 7º Congresso Nacional da Fenajufe (7º Congrejufe). Página 11

Dicas Culturais

Trabalhadores sindicalizados de entidades cutistas terão 50% de desconto para ver o filme “Lula, o filho do Brasil”. Outra dia é peça “Até que a sogra nos separe”, em que o servidor do TRE Daniel Müller atua no Teatro Ipanema.

Página 12

Oficina Literária

Nossa fiel colaboradora Marlene de Lima descreve como um sujeito pode se transformar, largando a esbórnia e as raparigas.

Página 13

Polêmica

O apresentador Boris Casoy mostra mais uma vez todo seu preconceito de direita, ao insultar dois garis que desejavam Feliz Natal aos telespectadores.

Páginas 14 e 15

Mulheres

O livro de Simone Beauvoir, o “Segundo Sexo”, completou 60 anos em 2009. Artigo de Nalu Faria, mostra a atualidade do texto da feminista francesa. Páginas 16 e 17

Página 18



FSM

O Fórum Mundial Social (FMS) acontece em Porto Alegre, após dez anos, entre 25 a 29 de janeiro.

Página 18

Direitos Humanos

Sob a bênção dos Orixás, o cantor e compositor Lucio Sanfilippo revela como renasce de um iaô. Página 19

Entrevista Idéias

Num bate-papo, com Roberto Ponciano e Max Leone, Lucio Sanfilippo conta sua trajetória na música e como a religião influencia seu trabalho e revela o preconceito por cantar samba. Páginas 20 e 21

Marighella vive

A servidora Edileuza Lima da Justiça Federal colabora com texto sobre os 40 anos do assassinato de Carlos Marighella.

Página 22

Mensalão do DEM

Dinheiro na meia, pagamento de propinas, deputados orando agradecendo o esquema de suborno. É a marca da gestão do governador José Roberto Arruda, no Distrito Federal.

Página 23

Comissão da Verdade

Apesar da chororô dos militares, o presidente Lula assinou decreto que cria o Programa Nacional dos Direitos Humanos e implementa a Comissão da Verdade.

Página 24

PNDH

O jornalista Luiz Carlos Azenha debate a polêmica do Plano Nacional de Direitos Humanos. CUT e a ABGLT são favoráveis ao programa.

Página 25

Reforma Agrária

Nosso cartunista Carlo Latuff conta a experiência de estar num acampamento da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), no interior de Rondônia.

Páginas 26 e 27

Confecom

Os repórteres Vinícius Souza e Maria Eugênia Sá relatam os bastidores da I Confecom realizada na segunda quinzena de dezembro de 2009.

Páginas 28, 29, 30, 31 e 32

Fulgêncio Pedra Branca

Apesar de Rubro-Negro, Fulgêncio revela as provas irrefutáveis de que os times abriam as pernas para o Mengão ser Hexa.

Página 33

Nacional

Jeanesley Lima desnuda a tentativa da CNA de manipular pesquisa de opinião e tentar desmoralizar o MST.

Página 34

Internacional

Eduardo Galeano aponta “os pecados do Haiti”, país arrasado por terremoto que matou pelo menos 200 mil pessoas.

Página 35

Internacional

Ideias em Revista faz merecida homenagem à médica Zilda Arns, que morreu no terremoto do Haiti.

Página 36

Nacional

Artigo da procuradora regional da República Janice Ascari critica as manifestações em defesa dos investigados pela Operação Satiagraha. É por essas e outras que a Justiça está na UTI.

Página 37

Latuff

Nosso cartunista expõe os dois lados da tortura: o torturador e o torturado.

Página 38

Uma página infeliz de nossa história

Ana Helena Tavares*

A ditadura foi aqui. A dita branda que povoa a fantasia dos que hoje têm medo da verdade. Daqueles que hoje têm medo de que seus netos e bisnetos saibam letra por letra o que eles fizeram no milênio passado. Aristóteles dizia que “o homem é um animal político”, mas até que ponto pode chegar o ser humano em nome de ideologia, acho que nem Freud em seus maiores delírios seria capaz de entender. E as atrocidades de determinados militares na época da ditadura foram, certamente, documentadas de forma bastante vasta. Dentro da caserna, havia pessoas com a única função de registrar aquela horrenda realidade em sabe-se lá quantas laudas.

Muitos destes arquivos foram, provavelmente, destruídos ou pela ação do tempo ou pela ação humana, ambas implacáveis. Mas, seja nas mãos de militares ou de civis, não tenho dúvidas de que ainda hoje esta “página infeliz de nossa história”, que Chico e outros tantos narraram em prosa, verso e música, permanece também legível em anotações das mais diversas e documentos oficiais.

Vale lembrar que a grande imprensa da época não publicou só versos de Camões e receitas de bolo. É claro que houve os que preferiram emprestar carros de reportagem para torturadores, mas, seja em jornalões ou publicações alternativas, é considerável o número de jornalistas que conseguiu driblar bravamente a censura noticiando os fatos e opinando sobre eles de forma corajosa e competente. Além disso, outra coisa que ainda nos resta - e isto para ser apagado precisaria muita gente morrer - é a memória de

quem viveu o horror e resistiu a ele, a memória de seus familiares e dos familiares dos mortos. Será que alguém poderá ser capaz de me dizer que é justo que um sujeito que era conhecido como “Tenente Mata Rindo” continue rindo por aí, sabe-se lá rindo de que, mas solto – livre, leve e solto? É este tipo de gente que os comandantes militares de hoje são contra a “Comissão da Verdade?”

Luta armada, num regime de exceção, contra uma ditadura (que de branda nada teve), não pode de modo algum ser classificada como terrorismo. Seria quase como dizer que Tiradentes e os inconfidentes eram terroristas porque pegaram em armas para lutar contra a monarquia portuguesa. (...)

Eu tive parente torturado brutalmente e quase morto. (...) Ele ficou cinco dias desaparecido. Encontrava-se nu, trancafiado numa cela com luz constante. Apanhou muito e conta que implorava para que não batessem em sua cabeça. Vão apelo de um inocente que recebeu choque elétrico e lavagem cerebral, agravando os problemas neurológicos que já tinha. A família moveu céus e terras e conseguiu encontrá-lo graças, primeiramente, à intuição de sua mãe que pediu para que o procurassem no Dops. (...) Só quem viveu o inferno e tem até hoje a sensação de impunidade sabe as razões pelas quais ainda não consegue se sentir seguro nas ruas deste país.

Quem agora é capaz de me convencer que aqueles militares que em nenhum momento deram chance de defesa a um inocente e fizeram com ele tudo o que fizeram merecem ser hoje vovôs que levam impunemente os seus netos à pracinha?!?!? Pelo amor de Deus, algum dia o



Brasil tem que fazer justiça e oferecer um mínimo de paz a todos os sobreviventes dos porões da ditadura, aos seus familiares e aos familiares dos mortos.

Tenho certeza de que quem estivesse no meu lugar também iria morrer pedindo justiça. E este sentimento é ainda maior por eu saber que não foi só com ele. Se tem algo que salta aos olhos neste país é que nós ainda vivemos numa ditadura, uma ditadura disfarçada de democracia. Ainda há, sim, torturas. Torturas no campo, por exemplo, que a

grande mídia sempre esconde. (...) Enquanto nosso país não acertar contas com sua história, tal como já fizeram outros países da América Latina, não poderá se dizer um país democrático. Hoje percebo que Lula já deveria ter feito isso há bem mais tempo. Agora que começou não dá pra deixar para o próximo milênio.

* Escritora, poeta, jornalista e colunista da “Revista Médio Paraíba” e editora/administradora do blog “Quem tem medo do Lula?”

Jornada de trabalho no TRT de 7 horas é opção do servidor e não da chefia

Parecer do Departamento Jurídico do sindicato avalia que a jornada de trabalho no TRT de 7 horas é opção do servidor do tribunal e não da chefia. A escolha entre 8 horas com intervalo e 7 horas ininterruptas cabe ao servidor. A resolução do TRT permite apenas a fiscalização pelo superior. A matéria foi objeto de questionamentos na implantação

da Lei 8.112/1990 e a transposição de vários empregados públicos (celetistas) para cargos estatutários. O Poder Judiciário afirmou que os servidores estatutários não estão submetidos às regras da CLT sobre jornada de trabalho, tendo em vista que a Lei 8.112 (Artigo 19) e os regulamentos dos tribunais (Artigo 96, I, b, CF/88). O parecer lembra deci-

sões do CNJ que consideraram válidas as fixações dos tribunais superiores e conselhos em 8 horas com intervalo, 7 horas ininterruptas ou 6 horas ininterruptas, bem como a autonomia para escolher o melhor regulamento. Conclui ser possível fixar 7 horas ininterruptas, assim como é possível a inclusão de intervalo.

Sisejufe ajuíza ação para pagamento do auxílio-saúde no TRT

A direção do Sisejufe entrou com ação coletiva para seus filiados, exigindo repasse mensal dos valores pelo TRT do auxílio-saúde e a cobrança dos valores atrasados, retroativos aos últimos cinco anos. Segundo o Departamento Jurídico, o servidor tem direito ao auxílio para custeio de despesas com assistência à saúde. No Rio, a cota-parte de responsabilidade do TRT é paga se o servidor aderir à operadora contratada pelo tribunal. No entanto, o procedimento é contrário à lei. Para o diretor do sindicato Roberto Ponciano, nos últimos cinco anos, os servidores que optaram ou desejaram têm outras operadoras de planos de saúde foram obrigados a desistir de suas pretensões ou ficaram sem a co-participação. Os servidores que quiserem podem se sindicalizar para serem beneficiados pela ação.

Protocolado pedido para reincorporar reajuste de 11,98%

Requerimentos administrativos foram protocolados em todos os tribunais para exigir o restabelecimento, na folha de pagamento dos sindicalizados, do reajuste de 11,98%, extinto pelas Leis 9.421/1996 e 10.475/2002. Os pedidos

foram feitos antes do recesso em dezembro passado. A medida se justifica por não ter havido limitação temporal para pagamento do reajuste, uma vez que os planos de carreira dos servidores, seja na versão da Lei 10.475 ou

no instituído pela Lei 11.416/2006, não trataram do percentual em questão. Há precedentes administrativos específicos dos TRES do Ceará, do Maranhão e do Amapá, reconhecendo o direito à reincorporação.

Recurso contra decisão para devolver valores de FC e CJ integrais

No em 17 de dezembro, o Sisejufe protocolou recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo contra decisão do CJF, referente ao processo administrativo 2009.16.1137/CJF, que determina cobrança de valores pagos a servidores do TRF da 2ª Região.

O pagamento é resultante da cumulação da remuneração do cargo efetivo com a VPNI dos quintos e o valor integral da FC cheia. O TRF encaminhou notificações às vésperas do recesso de final de ano, informando que o servidor deve se defender. O Departamen-

to Jurídico diligenciará para suspensão dos procedimentos de cobrança, em regime de urgência. Os atingidos devem agendar atendimento no sindicato. As minutas de defesa estão prontas. A entidade sindical poderá buscar a suspensão na esfera judicial.

Reajuste anual do Plano de Saúde Sisejufe/Unimed será de 8,85%

O reajuste do plano de saúde do sindicato será de 8,85% para quem está no contrato novo, ou seja, a partir de dezembro de 2008, quem permaneceu no antigo será reajustado somente em julho, no vencimento daquele contrato. A direção do Sisejufe informa que em função de problemas nos prazos de fechamento das folhas dos tribunais e da corretora o desconto se dará a partir de fevereiro.

Sindicato denúncia avaliação de desempenho feita de forma subjetiva

Em 15 de outubro de 2009, o sindicato protocolou representação no TRT, envolvendo suspeição de avaliador que teria relação de inimizade com avaliado. O episódio foi confirmado pelo tribunal que, após vários recursos interpostos pelo subordinado, reconheceu a inimizade

de entre o denunciado e o servidor, anulando a avaliação de desempenho e nomeando outro avaliador. Entre os princípios constitucionais que devem ser observados pela administração pública, estão os da moralidade e da impessoalidade, logo, a avaliação deve respeitar critérios

objetivos e, em nenhuma hipótese ser realizada por quem tenha razões meramente subjetivas para reprovar um desafeto. Nesse contexto, os filiados devem procurar o sindicato e evitar que a avaliação de desempenho se transforme em ferramenta de assédio moral.



SISEJUFÉ

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO E EDIÇÃO: Max Leone (MTb/RJ 19.002/JJP)

DIAGRAMAÇÃO: Kamilo – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CAPA:** arte de Carlos Latuff

CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro

IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Sisejufe pressionará deputados de comissões.

Foto: Henri Figueiredo



Grande passeata: demonstração de força da categoria

Foto: Max Leone



Servidores do TRF Acre participam de assembleia

Foto: Henri Figueiredo



No TRT da Lavradio, a mobilização foi crescente

Foto: Max Leone



A greve na Venezuela teve a participação do funcionalismo

Seguindo orientação da Fenajufe, a direção do Sisejufe arregaçará as mangas e começará 2010 na luta pela aprovação do projeto de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. A federação deliberou que os sindicatos filiados pressionem os deputados federais de seus estados para debater o PL 6.613/2009, que trata do assunto, mesmo durante o recesso parlamentar. Assim, os diretores do Sisejufe vão procurar os parlamentares fluminenses que fazem parte das comissões em que o projeto tramitará na Câmara Federal. A linha de trabalho será agendar, inicialmente, audiências com os deputados das comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), cuja titular é Andreia Zito (PSDB) e os suplentes Carlos Santana (PT), Filipe Pereira (PSC) e Vinicius Carvalho (PT do B). A CTASP é a primeira comissão que analisará o projeto.

“Além desse trabalho, temos que manter a mobilização, como fizemos na greve do ano passado, para retomar a luta pela aprovação da revisão salarial”, afirma Valter Nogueira, diretor do Sisejufe e da Fenajufe, referindo-se à mobilização que culminou numa passeata com cerca de 1,1 mil servidores no Centro do Rio.

A segunda comissão a receber o projeto será a de Finanças e Tributação (CFT), onde o deputado Eduardo Cunha (PMDB) é suplente. Em seguida é a vez da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) analisar a proposta. Lá são titulares Antônio Carlos Biscaia (PT), Eduardo Cunha (PMDB), Fernando Gonçalves (PTB), Geraldo Pudim (PR), Arolde de Oliveira, Índio da Costa (DEM) e Marcelo Itagiba (PSDB). Como suplentes atuam Hugo Leal (PSC), Jair Bolsonaro (PP), Paulo Rattes (PMDB), Solange Amaral (DEM), Chico Alencar (PSOL) e Eduardo Lopes (PRB). Ao passar por essas etapas, o projeto seguirá ao Senado. Entretanto, a proposta tramita em caráter terminativo e pode ser aprovada sem passar pelo plenário das duas casas.

PRIMEIROS PASSOS – No dia 14 de janeiro, representantes do Sitraam-AM, do Sinjeam-AM e da Assejuf-AM se reuniram com o presidente da CTASP, deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), em Manaus. Os servidores entregaram ao parlamentar cópia do PL 6.613 e explicaram a necessidade da aprovação imediata. Segundo

Fenajufe e sindicatos retomam mobilização

o diretor do Sitraam-AM Hélder Vieira, o parlamentar disse ser favorável à reivindicação da categoria e se comprometeu a ser o relator na Comissão de Trabalho. Sabino Branco fez contato com a Câmara oficializando que assumirá a função.

O assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiroz, informou que, embora a composição da Comissão de Trabalho seja alterada logo após o retorno dos trabalhos do Congresso Nacional, em 2 de fevereiro, o atual presidente pode avocar a relatoria antes mesmo de passar o cargo para o seu sucessor. A coordenadora da federação Lúcia Bernardes afirmou que assim que o Legislativo voltar ao trabalho em 2 de fevereiro, a diretoria da Fenajufe pedirá audiência com o deputado Sabino Castelo Branco para tratar da tramitação do PL 6.613.

“O contato com todos os parlamentares de imediato será válido, uma vez que vamos enfrentar outras etapas da tramitação, além da Comissão de Trabalho e Serviço Público”, ressalta Lúcia.

* Da Redação, com informações da Imprensa da Fenajufe

Veja os representantes do Rio nas comissões:

- Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) - Andreia Zito (PSDB) titular e suplentes Carlos Santana (PT), Filipe Pereira (PSC) e Vinicius Carvalho (PT do B);
- Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Eduardo Cunha (PMDB) é suplente;
- Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) -

titulares: Antônio Carlos Biscaia (PT), Eduardo Cunha (PMDB), Fernando Gonçalves (PTB), Geraldo Pudim (PR), Arolde de Oliveira, Índio da Costa (DEM), Marcelo Itagiba (PSDB); suplentes: Hugo Leal (PSC), Jair Bolsonaro (PP), Paulo Rattes (PMDB), Solange Amaral (DEM), Chico Alencar (PSOL) e Eduardo Lopes (PRB).

Foto: Henri Figueiredo



Servidores do TRE demonstraram como se faz greve

Foto: Henri Figueiredo



Na Justiça Federal Rio Branco, a mobilização também foi forte

Foto: Max Leone



No TRF, os servidores resolveram fazer paralisação

Foto: Henri Figueiredo



Categoria tomou a avenida Rio Branco, no Centro

Todos na luta contra projeto que congela salários dos servidores por uma década

Foto: Henri Figueiredo

Os desafios no início de 2010 são muitos para os servidores do Judiciário Federal. Além de atuar para garantir que os projetos que revisam os Planos de Cargos e Salários (PCSs) sejam aprovados de imediato, a Fenajufe, os sindicatos de base, entre eles o Sisejufe, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras entidades sindicais trabalharão em conjunto para impedir que o PLP 549/2009, que passou no Senado como PLS 611/2007 seja aprovado na Câmara dos Deputados. A proposta, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, se aprovada, acarretará no congelamento dos salários de todo o funcionalismo público federal até 2016. Também impedirá que a administração pública invista mais em serviços e possa contratar novos servidores.

O projeto estabelece que nos próximos dez anos o aumento anual da folha de pagamento dos servidores públicos não poderá ultrapassar a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescida de 2,5% ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor. É importante ressaltar que esses índices se referem à folha salarial de forma global, incluindo, por exemplo, as despesas com novas contratações de servidores. As restrições valerão do período de 2010 a 2019. Nesse sentido, de nada adiantará a aprovação dos PLs 6.613/2009 e 6.697/2009, caso o PLP 549 passe na Câmara, uma vez que os limites impostos por ele impedirão a implementação da revisão salarial do Judiciário Federal e do MPU.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano avalia que a luta contra o PL 549 deve ser também



Ponciano: "A aprovação ameaça a implementação de propostas que valorizem o funcionalismo"

uma das campanhas prioritárias dos trabalhadores no momento. "A aprovação ameaça qualquer possibilidade de implementação de propostas que valorizem as carreiras do funcionalismo público federal", afirma

Para a federação e o sindicato, a proposta inviabiliza várias das reivindicações históricas da categoria, como o direito à negociação coletiva, a definição de diretrizes de plano de carreiras, recomposição das perdas salariais e substituição dos terceirizados por servidores concursados.

A direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) considera um grave retrocesso a aprovação do projeto que pode eliminar qualquer possibilidade de recuperação salarial e material do serviço público brasileiro, sucateado até o limite durante os governos de FHC. Na avaliação da CUT, sua implementação significará somente a manutenção do crescimento vegetativo da folha de pessoal, inviabilizando as negociações e a realização de concur-

A proposta inviabiliza várias das reivindicações históricas, como o direito à negociação coletiva, a definição de diretrizes de plano de carreiras, recomposição das perdas e substituição dos terceirizados por concursados.

sos públicos com a contratação mais do que necessária de novos servidores, comprometendo qualquer processo - real e efetivo - de valorização e melhoria dos serviços. Em nota, a direção da central sindical reitera "que a relação entre a Despesa com Pessoal e a Receita Corrente Líquida mostra que os gastos com o funcionalismo estão longe de representar o grande problema para as contas públicas".

Outras entidades também estão na luta contra a aprovação do projeto. A direção da Confe-

deração dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) critica a medida e avalia que, na prática, ficam congelados investimentos públicos o que vai contra o próprio Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo. A confederação entende que com o teor altamente desfavorável os servidores precisam se mobilizar para derrubar a proposta. A partir de 1º de fevereiro, quando deputados voltam do recesso, a Condsef vai retomar o trabalho de pressão, juntamente com os demais representantes de servidores, tanto contra o PLP 549 quanto o PLP 01/07 que ainda tramita no Congresso e têm mesmo conteúdo de limitação a investimentos públicos. "Não podemos de forma alguma deixar que isso aconteça ou ficaremos até 2016 a mercê de interesses políticos que não necessariamente são os mesmos interesses do povo brasileiro", resumiu Sérgio Ronaldo da Silva, diretor da Condsef.

Da Redação, com informações da Fenajufe e da Condsef

Senado aprova proposta que restringe gasto do governo com folha de pessoal



Antônio Augusto de Queiroz*

Em sessão realizada dia 16 de dezembro, os senadores aprovaram, por 48 votos favoráveis e nenhum contrário, o Projeto de Lei (PLS) 611/2007 (complementar), de autoria dos então líderes do Governo, Romero Jucá (PMDB/RR); do PT, Ideli Salvatti (SC); do Congresso, Roseana Sarney (PMDB/MA); e do PMDB, Valdir Raupp (RO), que acrescenta dispositivo à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para congelar o valor gasto com pessoal e encargos sociais no exercício de 2009, autorizando apenas a reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor, até 2016. Nos três níveis de governo – União, estados e municípios – o poder ou órgão público que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complemen-

tar, ficará impedido: de criar cargos, empregos ou funções, de alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa, de fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvado educação, saúde e segurança, de conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequações de remuneração a qualquer título, salvo sentença do Judiciário ou revisão geral, e de contratar hora extra.

A proposição, a bem da verdade, não trata da limitação da despesa com pessoal e encargos, pois esse limite já existe e está longe de ser atingido, mas da expansão dos gastos. Atualmente, a União pode gastar com pessoal e encargos até 50% da receita líquida corrente (2,5% para o Legislativo, inclusive TCU; 6% para o Judiciário; 0,6% para o MPU; 3% para DF e ex-territórios e 37,9% para o Poder Executivo), e os estados, o Distrito Federal e os municípios até 60% da receita corrente líquida. O

projeto cuida de limitar a expansão da despesa, que é influenciada pela remuneração e pelos encargos, mas também pela quantidade de servidores em atividade, dificultando a reposição de quadros em decorrência de morte, aposentadoria ou de demandas da sociedade, tanto na área de fiscalização (trabalhista, tributária, previdenciária e sanitária) e regulação por força do crescimento dos negócios, quanto do atendimento direto à população, notadamente nos setores de Educação, Saúde, Segurança e Justiça.

Ao congelar a despesa com pessoal e encargos, permitindo apenas a reposição da inflação mais de 2,5% de aumento real, o projeto não leva em consideração o aumento populacional, o crescimento das demandas pela ampliação dos serviços de Saúde, Educação, Justiça nem tampouco o crescimento ou a diversificação do processo econômico, que terão efeito direto sobre serviços de fiscalização, regulação, controle etc. A aprovação

conclusiva do PLS 611 no Senado, que ainda será submetido à Câmara dos Deputados, congelará a capacidade governamental de corrigir distorções existentes na estrutura remuneratória dos servidores, tornando proibitiva a continuidade da Mesa de Negociação com os servidores na União, além de deixar o governo na difícil condição de ter que escolher entre a reposição do poder de compra dos salários ou a mínima expansão dos serviços públicos.

Trata-se de uma cópia do PLP 1/2007, de autoria do governo federal, encaminhando à Câmara como uma das proposições integrantes do PAC, que não prosperou na Casa, onde aguarda deliberação. A diferença entre o PLS-complementar do Senado e o PLP da Câmara, é que o primeiro amplia de 1,5% para 2,5% o aumento real, além da inflação.

* Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Conselho discute índice de produtividade e diminuição de licenças de saúde no tribunal

Max Leone*

A última reunião do Conselho de Gestão Estratégica (CGE) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em 2009 discutiu assuntos polêmicos que geraram divergências entre os participantes como: a implementação de índices de produtividades para os magistrados e a proposta de redução das ausências de servidores do tribunal por motivos de doenças ocupacionais. O CGE é responsável pela elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 2009-2013. A reunião aconteceu no dia 17 de novembro. O representante sindical de base David Batista Cordeiro da Silva participou do encontro em nome do Grupo de Trabalho (GT) do Sisejufe. A diretora do sindicato Vera Lúcia Pinheiro dos Santos também é mem-



Henri Figueiredo

O representante sindical David Codeiro participou da reunião

bro do conselho. No ponto que tratou da fixação de índices de desempenho para juízes, Cordeiro avaliou que essa medida teria reflexos diretos sobre as atividades dos servidores.

“Muitos servidores acabam fazendo as sentenças e os acórdãos. Os juízes trabalham muito

sim, mas os servidores também estão sobrecarregados. Aumentando o trabalho dos magistrados aumentará o nosso também. No final das contas vamos ter que cumprir essas metas de produtividade”, afirmou.

A proposta aprovada pela maioria do conselho determina que

os magistrados devem ser obrigados a julgar, dentro de um ano, o mesmo número de processos distribuídos mais 20% desse total. “Se uma vara recebe por ano 1.500 processos, por exemplo, o magistrado terá de julgar esses 1.500 mais 300, que são os 20%, o que dará 1.800 sentenças ao ano”, exemplificou Cordeiro.

O representante foi o único a defender percentual menor (10%). Ele ressaltou que as políticas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visam elevar a produtividade dos órgãos, que sejam implementadas de outra forma e não com aumento de trabalho. David Cordeiro também defendeu a realização de concursos, tanto para contratação de novos servidores, quanto para juízes.

Da Redação*

Redução de afastamentos recebe críticas de representante

Outro tema que provocou polêmica diz respeito à redução das ausências de servidores por motivos de doenças ocupacionais. Em princípio, a proposta do tribunal era reduzir as licenças em 10%. O representante criticou a proposta devido a falta de critérios para implementação. “Pois é, em relação ao trabalho só querem aumento, mas, em relação às doenças ocupacionais, contentavam-se com míseros 10% de redução. Defendi o aumento do percentual para 50%, alegando que o tribunal precisa ter uma política agressiva contra as causas dos afastamentos”, explicou.

De acordo com ele, ficou estabelecido que o índice não deve ser relativo ao afastamento por doenças, mas por qualquer motivo. Mais um vez David se contrapôs, dizendo que “cabe identificar a causa das doenças, caso contrário não se saberá o que a provocou se as condições de trabalho ou outro motivo”. Propôs então que fossem criados índices específicos para esses casos. Mas disseram que não seria possível, pois o serviço médico não identifica os motivos dos afastamentos. “Isso era simples de resolver. Basta determinar que fazer a perícia, sem

identificar o servidor. Essa atitude mostra que o tribunal não está preocupado com a saúde do seu trabalhador”, afirmou o representante.

No final, a questão foi resolvida da seguinte maneira: haverá um índice genérico sobre os afastamentos e o percentual de redução será de, no mínimo, 30% até 2014. Segundo David Cordeiro, outros dois temas ficaram para o período das “ações” que são: as remoções e o processo seletivo. Segundo o representante, os pontos serão objeto de pesquisa de opinião da categoria.

No final do mês de novembro, o Órgão Especial do TRT aprovou as propostas encaminhadas pelo conselho. A partir de agora começa a fase das ações a serem implementadas, ou seja, a política do tribunal para alcançar as metas. “Aí defendemos a nossa política em favor dos servidores, a não ser que tentem nos retirar do conselho, que fará reuniões trimestrais para fiscalizar o cumprimento do plano”, disse, ressaltando que a resolução que implementará o plano dará poderes ao conselho acima do presidente do tribunal.

Congresso da Fenajufe acontece de 27 a 31 de março em Fortaleza

Foto: Henri Figueiredo



Em uma grande assembleia, na avenida Rio Branco, a categoria no Rio elegeu a delegação fluminense com 45 delegados titulares

Além de lutar pela aprovação, no Congresso Nacional, das propostas que revisam os Planos de Cargos e Salários (PL 6.613 e 6.697), a categoria do Judiciário Federal em todo o país tem um grande compromisso no mês de março deste ano. É quando acontece o 7º Congresso Nacional da Fenajufe (7º Congrejufe), o principal evento dos servidores em 2010, que é realizado a cada três anos e reúne funcionários de todo o país. O congresso está marcado para Fortaleza, no Ceará, de 27 a 31 de março. No Congrejufe serão discutidas conjunturas nacional e internacional, será feita avaliação da atual gestão da Fenajufe, traçados novos rumos para a luta dos servidores

do Judiciário Federal e do Ministério Público, como também analisar a prestação de contas da federação referente ao período de abril de 2009 a fevereiro de 2010.

Também está prevista a revisão do estatuto e eleição da nova diretoria executiva e do conselho fiscal para a gestão 2010/2013. Um dos momentos de destaques será a votação da pauta de reivindicações e do plano de lutas da categoria. Para a diretoria da federação, o congresso deste ano vai ser mais representativo dos últimos tempos, uma vez que novos sindicatos se filiaram ou regulariza sua situação financeira com Fenajufe nesta gestão. A diretoria da federação

informou, também, que já negociou com dois hotéis para abrigar o evento, que terá mais de 500 delegados.

Rio elege 45 titulares

E os servidores do Rio já estão preparados para participar do 7º Congrejufe. Em uma grande Assembleia Geral realizada dia 16 de dezembro do ano passado, em frente à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, na avenida Rio Branco, a categoria no estado escolheu a delegação fluminense para o evento. Os 149 participantes se credenciaram, receberam crachás, votaram e elegeram, por unanimidade, uma chapa única

composta por 45 membros titulares, 23 suplentes e cinco observadores que representam todos os tribunais federais no Rio.

Para poder participar, todos os sindicatos deverão realizar até o dia 27 de fevereiro, a assembleia geral, devidamente convocada para eleger os delegados. No dia 5 de fevereiro termina o período para inscrever as teses que serão debatidas no congresso. E no dia 3 de março acaba o prazo para os sindicatos confirmarem a participação dos delegados e observadores do Congrejufe.

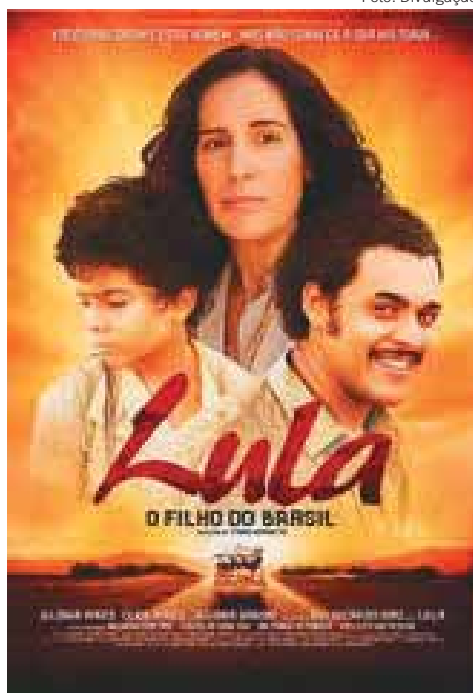
*Da Redação, com informações da Imprensa Fenajufe

CUT dá desconto de 50% para sindicalizados assistirem ao filme "Lula, o filho do Brasil"

Foto: Divulgação

Trabalhadores sindicalizados terão desconto para ver o filme "Lula, o filho do Brasil". A promoção foi fechada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Desde o dia 8 de janeiro, todo trabalhador associado a seu sindicato poderá comprar um ingresso inteiro com 50% de desconto sobre o preço da bilheteria. A promoção não é cumulativa e vale somente para um ingresso. É preciso apresentar a carteirinha de filiação do sindicato e um documento de identidade com foto.

A direção da CUT orienta os trabalhadores que ao comprar o bilhete, o espectador deverá escolher a data e a hora da sessão em que pretende ver o filme, observando o período de início das sessões promocionais. Os bilhetes



adquiridos com base nesta promoção não são passíveis de reembolso. A aquisição dos ingressos está sujeita à lotação das salas de cinema.

Baseado no livro homônimo escrito pela jornalista Denise Paraná, o filme narra a história de Lula, desde seu nascimento até a morte de sua mãe, Dona Lindu, quando ele já é um líder sindical de 35 anos detido pela ditadura militar. O roteiro foi escrito por Paraná, Fábio Barreto e Daniel Tendler.

No elenco, destaque para o ator Rui Ricardo Dias que interpreta Lula na fase adulta. Os outros nomes importantes do elenco principal são os de Glória Pires, Cléo Pires e Juliana Baroni, que interpretam a mãe, a primeira esposa de Lula e dona Marisa Letícia, respectivamente. O filme é produzido por Luiz Carlos Barreto e Paula Barreto, pai e irmã do diretor.

Confira as salas de apresentação

Bay Market 1	
Botafogo Praia Shopping	sl.06
Shopping Downtown	sl.09 / sl.10
Carioca Shopping	sl.03 / sl.05
UCI New York City Center	sl.06 / sl.07 / sl.09
Iguaçu Top 3	
Iguatemi 7	
Kinoplex Fashion Mall 3	
Kinoplex Grande Rio 4	
Kinoplex N. América 4	
Kinoplex Tijuca 3	
Kinoplex Leblon 4	
Art West Shopping 3	
Cinesystem Bangu	sl.04 / 06
Recreio	sl.01
Arteplex Rio	sl.06
Rio Design	sl.03
Odeon	
Star Center Shop. Rio	SL.04
Ponto Cine	
Cine Santa	
Art Unigranrio	sl.01
Santa Rosa 1	
Madureira 2	
Nilópolis Square	sl.03
Ilha Plaza	sl.04
Cinebox	sl.01
Gran Cine Bardot	
Cinemagic Plaza Macaé	sl.04
Cinemagic Campos Rio	sl.03 / sl.05
Cine Angra Shopping	sl.1
Cine Show Volta Redonda	sl.04
Cine Show Friburgo	sl.03
Mercado Estação	sl.03
Rio Sul 3	
Roxy 2	
São Luiz 1	
UCI Kinoplex Norteshopping 3 / 8	
Via Parque 6	

Servidor do TRE em cartaz no Teatro Ipanema

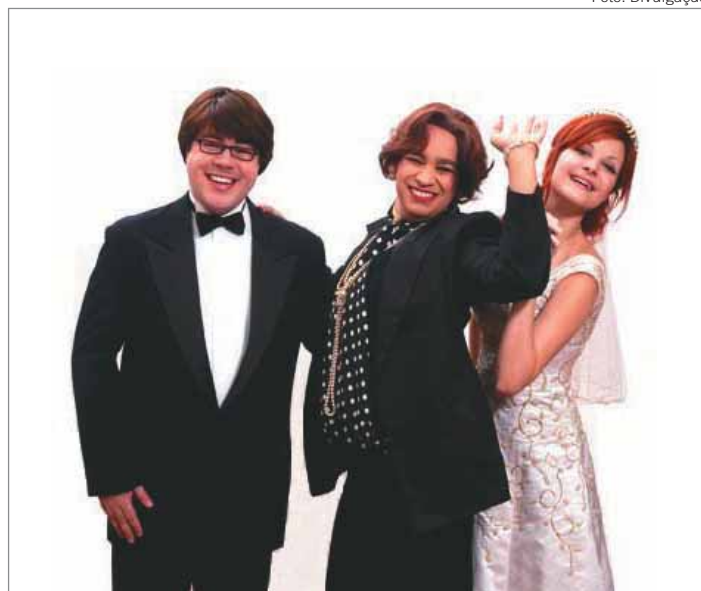
Foto: Divulgação

A comédia "Até que a sogra nos separe", de Anderson Oliveira, voltou ao Teatro Ipanema (Rua Prudente de Moraes 824, em Ipanema). A peça, que fez temporada no mesmo espaço no ano passado, conta a história dos personagens Bia (Fernanda Zau) e Beto (Daniel Müller) durante a primeira crise conjugal do casal. Além de ator, diretor e produtor de teatro, Daniel Müller é servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro.

Para enrolar ainda mais a relação, a sogra, uma italiana excêntrica chamada Gioconda

(Anderson Oliveira), chega de viagem e torna a vida da nora insuportável. Enquanto o casal tenta refletir sobre os desgastes da vida a dois, Gioconda apronta mil confusões. A chegada do irmão caçula de Bia, Mauricinho (André Sobral) completa o cenário caótico de uma família que vai se revelando cada vez mais neurótica.

A peça pode ser vista às sextas-feiras, sábados de domingos até o dia 28 de fevereiro. Sextas e sábados começa às 21h30m e nos domingos, às 20h30m. O ingresso custa R\$ 30 (6^{af}) e R\$ 40 (sábados e domingos).



Um xará na madrugada

Marlene de Lima*

Final dos anos quarenta. Desembarquei do cargueiro Rio Tejo e voltei para casa, em São Luiz.

Naquela época, eu vivia na gandaia. Floriano, meu amigo e compadre, aconselhava. “Largue a esbórnia, Zimba, cuide da família.” Nem ligava. Gastava o salário nos puteiros.

Sempre nos trinques, bem falante e cheiroso, eu não chegava para as encomendas. Um dia me enrabichei por uma novata do Salão Grená. Ficamos de xodó, até o embarcadouço da morena chegar de viagem. Pra saber da traição foi num instante.

Ele e os parceiros caíram em cima de mim. Debaixo de socos e pontapés, fui atirado escada abaixo. Me apaguei no meio da rua, na noite chuvosa.

Acordei com o apito do trem. Os safados tinham me atravessado na linha. Senti alguém me arrastando. Era Floriano. Me sentou num caixote. “É melhor ir pra casa, Zimba.”

Caminhava penosamente, encharcado e mancando, quando vi os dois caras com a rede vin-do em minha direção.

Muitos pobres levavam o morto, de madrugada, numa rede velha, para enterrar nos fundos do cemitério. Esperei na claridade do poste. “Quem é o cristão?”

“Não se sabe, meu branco.” Um respondeu de má vontade.

“Vai sem nome?”

“O nome é... Como é, Justino?”

Justino embolou as palavras: “Hori, Horoban, ah, Horozimbano.”

Senti um baque no peito: “De quê?”



Tirou um papel do bolso: “Paf...Palf... Palfúrio. Horozimban-o Palfúrio.

“Que brincadeira é esta?”

“Brincadeira?”

“Porque este é o meu nome.”

“Seu nome?”

“De batismo e de cartório.”

O homem respirou fundo.

“Quantas cachaças vosmecê já bebeu hoje? Respeite o finado.”

Nervoso, pedi que me deixassem ver o morto. Quem mais seria merecedor desse estrupício de nome inventado por meu pai?

Arriaram a rede e tiraram o pano do rosto do defunto.

Um frio na minha espinha: estirado na lona desbotada, jazia o Zimba aqui, em carne e osso.

Meu nariz, o cabelo amarelo. Um olho verdão, meio aberto. O sinal no meio da testa. Fui puxando o cobertor puído. O peito liso, sem pelos. O dorso das mãos sardento do sol. O dedão menor que o segundo dedo do pé. O infeliz era eu, sem tirar nem pôr.

Pensei no susto deles me olhando, se não fosse a lama e a cara inchada.

Sem ação, vi a dupla levantar a rede, ir em frente e dobrar na curva. O poste apagou. Clareava.

Cheguei esbaforido. Esmurrei a porta de casa, com pavor de

alguém abrir e não me enxergar. Eu era o morto da rede. Ali na calçada, só o espírito.

A porta abriu. O rosto furioso de Zefinha me mostrou que eu ainda estava entre os vivos. Jogado na cama, cheio de dor e febre, contei o ocorrido. Menos a queda puteiro abaixo, não é?

“Te conheço, Zimba. Bebedeira braba.” Eu não merecia crédito.

Mas virei outra pessoa. Larguei a esbórnia e as raparigas. Quem acredita na minha história é Marina – segunda mulher e companheira até hoje. E o chapinha Floriano, lá no Céu.

*Servidora aposentada do TRT

O destino acerta com

Celso Lungaretti*

As dezenas de postagens no YouTube referentes aos comentários que o apresentador Boris Casoy inadvertidamente fez sobre os garis no Jornal da Band já haviam sido vistas quase 1,2 milhão de vezes. A mais assistida estava na casa de 850 mil hits. Se alguém ainda não sabe, o noticioso levou ao ar saudações de Ano Novo de dois simpáticos garis: um senhor branco já com cabelos brancos e um negro na faixa de 40 anos. Causaram ótima impressão, com seu ar digno e uma alegria que não parecia forçada. Depois, enquanto eram exibidas vinhetas, ouviu-se a voz de Casoy no fundo, comentando com a equipe: “Que merda! Dois lixeiros desejando felicidades do alto de suas vassouras... dois lixeiros... o mais baixo da escala de trabalho!”

No dia seguinte Casoy pediu “profundas desculpas aos garis e aos telespectadores da Band” pelo que escutaram em razão de um “vazamento de áudio” (na verdade, só ouviram isso porque ele disse...). Fê-lo, entretanto, de maneira burocrática e pouco convincente, não aparentando estar nem um pouco arrependido do desprezo aristocrático que manifestou pelos trabalhadores humildes. As postagens relativas no YouTube não somavam hoje nem 100 mil exibições. Lembrei-me da rainha Maria Antonieta recomendando aos pobres que, se não tinham pães, que comessem bolos. Perdeu a cabeça. Casoy teve mais sorte, só quebrou a cara...

Fiquei matutando sobre o destino e seus contrapesos. Às



vezes a mesma pessoa é brindada com a sorte grande num momento e tira o azar grande adiante. Ou vice-versa. Casoy é elitista, racista, conservador e reacionário desde muito cedo. Um velho companheiro que com ele cursou Direito no Mackenzie me contou: aos 23 anos, Casoy era um dos líderes da ala jovem do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que tinha nessa faculdade um de seus focos principais.

Mais: nos idos de 1964, Casoy chegou a ser citado em reportagem da revista *Cruzeiro* como membro destacado da juventude anticomunista. A quartelada o beneficiou, claro: foi homem de imprensa de um ministro do Governo Médici e do secretário da Agricultura de SP, Herbert Levy, outra figurinha carimbada da direita.

Mas, nem tinha texto de qualidade superior, nem era uma fi-

gura agradável na telinha, portanto estava direcionado para uma carreira mediana no jornalismo, não fosse uma moeda que caiu em pé. Isto aconteceu quando o comando do II Exército aproveitou uma frase imprudente do cronista Lourenço Diaféria (sobre mendigos urinarem na estátua de Caxias) para intervir na Folha de S. Paulo.

Os militares exigiram a destituição do diretor de redação

ntas com Boris Casoy

Cláudio Abramo (trotskista histórico), o afastamento de alguns profissionais (demitidos ou realocados) e o abrandamento da linha editorial. O proprietário Otávio Frias, que sempre se definiu como comerciante e não jornalista, negociou. Servil, aceitou até substituir Abramo por um homem de absoluta confiança do regime militar: Casoy, que editava o Painei (coluna sobre os bastidores políticos), então um espaço dos mais secundários no jornal.

Igualmente secundário era Casoy para os leitores da Folha e para os próprios militantes/simpatizantes da esquerda. Suas posições fascistoídes eram ignoradas pela maioria. Aí, como diretor de redação, calhou de ser ele o principal defensor do jornal num episódio de reação à censura. Ou seja, sob palco iluminado, o lobo teve seu momento de cordeiro, o caçador de comunistas maquillou sua imagem para a de defensor da liberdade de expressão!

Casoy é elitista, racista, conservador e reacionário desde muito cedo. Um velho companheiro que com ele cursou Direito no Mackenzie me contou: aos 23 anos, Casoy era um dos líderes da ala jovem do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que tinha nessa faculdade um de seus focos principais.

Sua carreira deslanchou. Depois de comandar a redação da Folha por sete anos (saiu para dar lugar ao filhinho do patrão), voltou a editar a coluna Painei, cuja importância crescera. Finalmente, tornou-se conhecido pelo grande público como apresentador do telejornal Brasil do SBT, entre 1988 e 1997.

Novamente os fados o bafejaram. Numa emissora que investia pouco em jornalismo, o jeito foi deixar crescer o espaço do apresentador. Casoy pôde, assim, atuar como um âncora à moda dos EUA, fazendo comentários catárticos sobre episódios de corrupção política (principalmente) que eram concluídos com um ou outro de seus bordões habituais: “Isto é uma vergonha!” é “É preciso passar o Brasil a limpo!”.

Ou seja, para telespectadores da classe C e D, ele passou a personificar o justiceiro que atirava a verdade na cara dos poderosos. É um público que, em sua ingenuidade, valoriza desmesuradamente essa justiça retórica e ilusória, sem perceber que, depois do desabafo, continua tudo na mesma... Assim, por novo golpe do destino, um comunicador azedo conquistou a simpatia dos pobres e dos muito pobres, ao expressar seu inconformismo impotente face às agruras que os atingem e eles são incapazes de compreender em toda sua extensão.

É fácil canalizar seu justo ressentimento contra os políticos desonestos. Tanto quanto é conveniente, para os poderosos, mantê-los na ignorância de que o maior vilão em suas sofridas existências aten-

Nos idos de 1964, Casoy chegou a ser citado em reportagem da revista Cruzeiro como membro destacado da juventude anticomunista. A quartelada o beneficiou, claro: foi homem de imprensa de um ministro do Governo Médici e do secretário da Agricultura de SP, Herbert Levy, outra figurinha carimbada da direita.

de pelo nome de capitalismo. Servindo tão bem aos interesses do sistema, Casoy atravessou as duas últimas décadas como um aclamado populista televisivo de direita.

Só teve alguns percalços ao exagerar na dose contra o Governo Lula, mas seus pés de barro continuaram, tanto quanto possível, ignorados pelo grande público. Agora, um acaso revelou ao Brasil inteiro que indivíduo insensível e preconceituoso é, na verdade, Boris Casoy. Alguns viram este episódio como um exemplo da justiça divina em ação. Quem sabe?

*Jornalista e escritor, mantém os blogues <http://naufra-goda-utopia.blogspot.com> e <http://celsolungaretti-orebate.blogspot.com>

Federação de garis processa apresentador por declarações



A Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviço, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (Fenascon) protocolou uma ação civil pública contra a Band e Boris Casoy no fórum João Mendes, em São Paulo. O processo foi motivado pela frase polêmica dita por Casoy no “Jornal da Band” dia 31 de dezembro. Para Moacyr Pereira, presidente da Fenascon, o jornalista deve se retratar na Justiça.

“O pedido de desculpa foi meramente formal, por isso não aceitamos. Ele foi preconceituoso”, afirmou o presidente.

Para Pereira, se a ação resultar em prestação de serviços públicos, “seria interessante que Bóris Casoy fosse condenado a trabalhar algumas horas como gari, para que ele sinta a importância da função”. Outras duas ações devem ser protocoladas, sendo uma delas criminal.

Reprodução/internet



Simone de Beauvoir: os 60 anos de uma obra referência

Nalu Faria*

O livro **“O Segundo Sexo”**, escrito pela francesa Simone de Beauvoir, foi lançado em 1949 e marcou um novo momento para o debate sobre a condição das mulheres e a relação entre os sexos. Publicado em dois volumes, é uma obra minuciosa, escrita com todo o rigor que caracterizava a autora, que utilizou conhecimentos de várias disciplinas tais como história, filosofia, economia, biologia e também de experiências de vida para compô-lo com o intuito de colocar a nu a condição feminina. Beauvoir buscou mostrar que a própria noção de feminilidade era inventada pelos homens e tinha como intenção a auto-limitação das mulheres. Questionava que, apesar de todo o avanço da humanidade até o século XX, a construção das mulheres como inferiores e sua posição de subordinação permaneciam, e eram poucas as pessoas que aceitavam denunciar ou condenar essa situação, mesmo entre as mulheres. Dizia que elas tinham que se adequar aos ideais e interesses masculinos. Realizarem sua feminilidade as convertia em objetos e presas.

Por isso, as mulheres precisavam superar o eterno feminino que as engessava e formar o seu próprio ser, escolher seu próprio destino, libertando-se das idéias preconcebidas e dos mitos pré-estabelecidos. O livro buscou justamente desnaturalizar a construção da feminilidade e mostrar que esta é uma construção social. Foi daí que se tornou célebre a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir pode ser considerada herdeira da primeira onda do movimento feminista, que teve nas francesas grandes expoentes como Olympe de Gouges, Flora Tristan, Louise Michel e tantas outras. O livro “O

Segundo Sexo” influenciou de forma decisiva o surgimento da segunda onda do movimento feminista, iniciada no final dos anos 60. Já foi traduzido para mais de 70 idiomas e continua uma referência para novas gerações e o feminismo atual, inclusive para aquelas que são críticas à visão de Simone de Beauvoir.

A segunda onda do feminismo teve como centralidade as relações entre o mundo público e o privado e trouxe para o debate que aquilo que se vive na vida pessoal e familiar é político. Isso se deu tanto considerando as relações familiares, a sexualidade, o afeto, quanto em relação ao trabalho invisível e não reconhecido

Reprodução/internet



das mulheres, a desigualdade salarial, a exclusão dos espaços de poder. Defendeu a construção de um movimento autônomo, construído e dirigido por mulheres. Da mesma forma, colocou em debate a necessidade da autoconsciência das mulheres como caminho para romper com o modelo de feminilidade que as aprisiona-

va. Elas deveriam agir com liberdade e autonomia para decidirem por si mesmas seu destino.

* Coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Artigo originalmente publicado na “Folha Feminista”, em novembro de 2009.



A atualidade do pensamento da feminista francesa

Atualmente, é cada vez mais comum ouvir que a vida das mulheres mudou muito, que já conquistaram tudo. Mas junto com isso, cresceu uma outra idéia de que as mulheres são mais protetoras, acolhedoras, cuidadosas, éticas. Essas características, muitas vezes, são usadas como argumentos para dizer que as mulheres são mais eficientes ou, até mesmo, superiores. À primeira vista, isso pode parecer algo positivo, como se fosse um contraponto às idéias de subordinação e inferioridade das mulheres, e assim, as teses de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, teriam sido superadas. No entanto, essa visão vincula as habilidades construídas pelas mulheres à maternidade e considera que existe uma essência feminina, fixando-as em seu papel tradicional. Portanto, segue não reconhecendo que elas são dotadas de inteligência e razão, ao mesmo tempo em que relaciona as características à biologia.

Quando uma mulher não se preocupa com a aparência, considera-se que algo que está fora do lugar, é um desvio. Assim, podemos concluir que continuamos diante de um modelo de feminilidade que aprisiona e nega a liberdade e a autonomia para decidir.

Um pequeno número de mulheres obteve ganhos expressivos. No entanto, elas são as mais pobres; a maior parte dos desempregados; cada vez mais têm a responsabilidade de manter as famílias sozinhas; tem aumentado sua contami-



nação pelo HIV; há um incremento no tráfico e na prostituição, etc. Há também um evidente retrocesso ideológico. Entre os exemplos disso está a expansão da mercantilização da vida e do corpo das mulheres, também marcada pela dimensão de classe.

De um lado, as privatizações dos serviços públicos e a diminuição do Estado de bem-estar, sob o neoliberalismo, aumentaram o trabalho doméstico e de cuidados. Ou seja, no mundo inteiro, foi sobre os ombros das mulheres que recaiu enorme carga de trabalho, com a diminuição das políticas sociais. Do outro lado da mercantilização está a imposição de um padrão de

beleza como norma a ser cumprida obrigatoriamente e que, supostamente, pode ser comprada no mercado. Dessa forma, são vendidas centenas de produtos e tecnologias que prometem eterna juventude e o corpo perfeito, ou seja, magro.

Essa perspectiva de beleza está vinculada ao que se pode consumir. Ao lado da indústria de cosméticos e da beleza, outro setor que auferir grandes lucros com a mal-estar das mulheres é a indústria de medicamentos. Esta também vende ilusões de bem-estar e felicidade enquanto invade o corpo e nega sua autonomia. Mas, enfim, devem ser agradáveis, flexíveis e bonitas, para mostrar que são adequadas e femininas. Quando uma mulher não se preocupa com a aparência, considera-se que algo que está fora do lugar, é um desvio. Assim, podemos concluir que continuamos diante de um modelo de feminilidade que aprisiona e nega a liberdade e a autonomia para decidir. (Nalu Faria)

Fórum Social Mundial 2010 discute dimensão da crise mundial

Reprodução/internet



Índios caiapós participam da passeata de abertura do fórum de 2009, em Belém do Pará

O Fórum Social Mundial (FSM) voltou às origens. Após dez anos de atividades, um dos eventos da 10ª edição será realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, local do primeiro encontro. Lá, entre os dias 25 e 29 de janeiro, acontece o seminário internacional “10 Anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível”. No entanto, o FSM deste ano terá uma programação descentralizada ao longo de 2010 em diversas partes do mundo e do país. O fórum de 2010 tentará sanar as maiores críticas recebidas até hoje, a de ser muito disperso e pouco propositivo. Pela primeira vez, o evento se concentrará na discussão de suas perspectivas e estratégias.

As discussões tiveram como ponto central as dimensões da

crise mundial: econômica, política, social, ambiental, alimentar, civilizatória e cultural. Para comemorar e debaterá os dez anos de FSM, uma programação diferente foi preparada. Além do balanço de dez anos, o seminário debateu a atual conjuntura mundial, os elementos de uma nova agenda e a sistematização de questões e contribuições para o processo do FSM. Criado em 2001 como oposição ao fórum econômico de Davos, o encontro se consolidou como o principal ponto de debate dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil do mundo.

O evento contará com a participação de pesquisadores e ativistas nacionais e internacionais, tais como: Boaventura de Souza Santos, de Portugal; David Harvey e Immanuel Wallers-

O evento contará com a participação de pesquisadores e ativistas nacionais e internacionais, tais como: Boaventura de Souza Santos, de Portugal; David Harvey e Immanuel Wallerstein, dos Estados Unidos; e Francisco Whitaker e João Pedro Stédile, do Brasil.

tein, dos Estados Unidos; e Francisco Whitaker e João Pedro Stédile, do Brasil. O “Fórum Social 10 Anos Grande

Porto Alegre” terá atividades autogestionadas na cidade e região metropolitana (Canoas, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga). O Acampamento Internacional da Juventude também faz parte do evento.

AÇÕES NO RIO – Além dessas, outras ações já estão programadas para todo o ano como parte das atividades da 10ª edição do FSM. Entre 22 e 26 de março, o Rio de Janeiro será palco das Ações pelo Direito à Cidade, durante o Fórum Mundial Urbano, da Organização das Nações Unidas (ONU). Outros Fóruns Sociais também estão programados em diversos países, como o de Madri, na Espanha; o das Américas 2010, no Paraguai; e o de Educação, na Palestina. A ideia é promover análises, propostas e experiências dos participantes dos diferentes locais para reunir todas no próximo evento centralizado, que acontecerá em 2011 em Dacar, no Senegal.

As centrais sindicais brasileiras - CUT, CTB, FS, NCST, CGTB e UGT - preparam conferência sobre práticas antissindiais no País, durante o Fórum Social Mundial 2010, em Porto Alegre. Para os sindicalistas, o FSM é um espaço importante para dar visibilidade às práticas antissindiais ocorridas no Brasil, tais como perseguição, assassinatos e intervenção do Ministério Público com interditos proibitórios. Em dezembro, as entidades promoveram seminário sobre o tema no Pará, estado e com um elevado índice de violências praticadas contra lideranças sindicais e trabalhadores.

Feito um iaô

Foto: Henri Figueiredo



Lucio Sanfilippo*

“Todo fim de ano é fim de mundo e todo fim de mundo é tudo que já tá no ar, tudo que já tá. Todo ano é bom, todo mundo é fim. Você tem amor em mim”.

Versos de Caetano Veloso em Flor do Cerrado me vieram de novo à cabeça na linda voz de Gal Costa. Bahia, terra da felicidade, do Porto Seguro de entrada de negros, brancos que, misturados aos habitantes naturais de Pindorama, deram origem a essa cultura tão imensa quanto conturbada. O ano novo entrando com força sob a bênção dos orixás, santos, duendes, e toda a sorte de energias que se misturam sobre o território rico, misturando os ares e espalhando as diferenças pelos subsolos sagrados. E o amor em mim, em vós, em nós?

A monografia de minha amiga/orientanda Fátima sobre como o negro era retratado nos sambas de enredo dos anos 60 me faz pensar em como é retratado hoje ainda, em tempos de internet, de novas alternativas de vida. Como nós negros, brancos, amarelos, vermelhos nos vemos nas páginas, telas cada vez maiores e menores, no dia a dia quase entrópico das cidades que ainda desabam sob fortes temporais. Na Bahia, roças de candomblé derrubadas; no Rio, a professora não pode utilizar o livro sobre Exu, recomendado pelo MEC. Por outro lado, no Instituto Nextel aliado ao Cecip do Rio, trabalho com liberdade – de causar inveja, concordo – para tratar dos temas e discutí-los com os colegas de maneira democrática e humana. É possível na atualidade um diálogo em que as diferenças não precisem ser toleradas, mas respeitadas?

Acabo de voltar da entrada de 3 iaôs na minha casa de santo e, sempre, saio de lá envolto pela emoção da lembrança, do amor, da entrega, do sacrifício. O iaô é o que renasce. Renasce curado, sarado, livre de todos os males. Experimentou uma vida e agora acorda renovado pelo desapego. Fica recolhido, tiram-lhe os cabelos, amarram-lhe um chocalho ao pé para que controlem seus passos. Come com as mãos aquilo que lhe dão como refeição. Banha-se com a água e o sabão que lhe cabem neste latifúndio. Vive o sofrimento pelo qual passaram incontáveis almas em corpos maltratados desde a sua terra natal. Dorme e acorda novo, outro. Porque valoriza a vida, depois da sofreguidão e privação e percebe o amor nos mínimos detalhes, quando lhe falta a família e nasce outra ali do lado.

Talvez, a solução para que o respeito à diferença invada os corações seja a viagem do iaô de volta ao tempo da escravidão. Uma visita ao hospital do câncer ou à Ilha Grande, para perceber o quão frágil é a vida humana à mercê das intempéries naturais ou patológicas e quão sem nexos é chutar a santa do próximo. Lembrar o quão grande pode ser essa vida, se todos virarmos nossos braços tortos e alimentarmos os estômagos uns dos outros. E celebrarmos a gratidão! Os diferentes, juntos, não precisam ser desiguais. O caminho é feito para que todos trilhem e cheguem ao mesmo fim que se renova e se inicia, embebido de amor, saúde, paz e felicidades tantas quantas mereçamos. Axé e feliz 2010!

* Cantor, compositor e pesquisador cultural

“Eu optei pela senzala”

Max Leone e Roberto Ponciano*

Descendente de italianos católicos, o cantor e compositor Lucio Sanfilippo, de 38 anos, trocou a “Casagrande” pela “Senzala”, como ele mesmo diz, ao descobrir e assumir a religiosidade oriunda da África. Branco, filho de santo – seus pais no terreiro são os Orixás Logum Edé e Oxum – leva para a música todo o ritual afro, utilizando batuque e danças. Lança mão de dialetos e canções do Candomblé. Em entrevista à Ideias em Revista, Sanfilippo revela, no entanto, que apesar de matar um “elefante” por dia e não “um leão” para ter espaço na grande mídia, não sofre preconceito ao fazer a mistura com religião. Ele afirma que o problema aparece ao cantar samba. “Eu sofri preconceito quando comecei a cantar samba. É engraçado, né?”. Sanfilippo conta relação com o Jongo, com a Lapa, com a Educação e sua militância de esquerda. Ele critica a grande mídia que alega não haver cantores na Lapa: “Como é que não tem cantor? Eu posso falar aqui uns dez.....”

Ideias O que você tem feito atualmente?

Lucio Sanfilippo – Além de jornalista e professor de Educação Física, canto às terças com o “Razões Africanas”, grupo formado por mim e três cantoras do Jongo da Serrinha, a Lazir Sinval, a Dely Monteiro e a Luiza Marmello. E mais Marcello Mattos e Anderson Vilmar que tocam percussão. Tem o Maurício Abreu na viola e cavaquinho, e o Adriano Furtado no violão 7 cordas.

Ideias E que tipo de música vocês tocam?

Sanfilippo – Agente trabalha com música brasileira com inspiração africana. Têm músicas africanas com dialetos, canções de Candomblé. Canto no Ernesto (bar), um trabalho antigo. Canto samba que é anfitrião dos ritmos brasileiros.



Ideias E como começou a trajetória na música?

Sanfilippo – Eu sempre gostei de cantar. A minha família é italiana e todos cantam, dançam. A Vanda Freitas, uma amiga, e a Vita Paris me deram telefones de professores de canto. Eu comecei a fazer aulas.

Ideias E a primeira experiência na música...

Sanfilippo – Vizinho e amigo de infância, falou: “Pô! Um amigo abriu barzinho em Santa Teresa e precisa de alguém pra cantar”. Foi em janeiro de 94. Fiz um teste. Cantei 3 ou 4 músicas. Era um lugar pequeno. A maior sensação. Eu fazia sambas antigos de Candeia, Geraldo Pereira, Noel Rosa, Cartola, coisas que não se ouvia. Misturava Mutantes, Secos & Molhados, Caetano. Era uma noite divertida.

Ideias Porque está muito tempo na estrada e sempre remando contra a maré?

Sanfilippo – Ao mesmo tempo em que é matar um leão por dia, pra mim é a felicidade. Eu não faço o menor esforço pra fazer esse tipo de coisa, gosto muito. É a minha vida que está ali.

Ideias E como acontece?

Sanfilippo – Acontece porque começo a detectar onde acho que falta apareceresse tipo de coisa para as pessoas poderem ter acesso. Quando comecei a cantar não se ouvia Candeia nem Geraldo Pereira. As pessoas me cobravam: “Você conhece aquela do Lupicínio Rodrigues?” e eu tinha sorte porque conhecia. Meu pai tinha banca de jornal. Eu ouvia discos que saíam nas bancas com compositores importantes da MPB.

Ideias E a descoberta da religião?

Sanfilippo – Tem uma coisa que se chama ‘bolar’ no Candomblé. A pessoa quando desmaia é aviso do Orixá que você precisa ser iniciado. E eu tive isso com 8 anos de idade em casa. Minha mãe não sabia o que era, muito menos eu e o meu pai. Ninguém sabia.

Ideias Normalmente, o italiano é muito católico....

Sanfilippo – É. Lá em casa todos eram muito católicos. Comecei a falar umas coisas. Minha mãe não entendia, eu não me lembro. Ela se desesperou. Não sabia o que era. Me levou pra fazer eletro, terapia. Até que alguém da esquina falou: “Leva ele ali na Umbanda”. Tinha uma aqui em

Santa Teresa: “Leve ele pra conversar com a moça de lá”. Lá, falaram que tinha que ser no Candomblé. Foi feito trabalho e deu uma segurada até entrar na faculdade com 17, 18 anos. Começou de novo. Acabei frequentando e gostei.

Ideias Nesse meio tempo você teve mais contato com o Candomblé?

Sanfilippo – Engraçado a coisa da ancestralidade. Eu gosto muito. Eu fazia aula de inglês no curso sempre fiz trabalhos sobre uma crioula. Fui fazer educação física, na lição sobre folclore, fiquei maluco com a Zezé do Folclore que é uma negona de henê. Ela falou: “Senta aí no chão”, aquilo mudou minha vida. Percebi que a escola emburrece...

Ideias Tirou proveito?

Sanfilippo – Acabei unido o útil ao agradável, a academia que me trouxe o lúdico pra dentro da sala de aula, e o lúdico na realidade o meu trabalho que é cantar. Peguei esses ritmos todos que eu tinha acesso e pesquisava e levei pra noite também.

Ideias Você já foi hostilizado explicitamente?

Sanfilippo – Você levar Candomblé

pra um restaurante alemão, na Lapa... (risos)... Não é propriamente a coisa mais comum de acontecer. Mas não sou hostilizado porque canto coisas de Candomblé. Não sei se as pessoas se surpreendem muito, porque eu sou muito branco de pele. Na verdade, nunca falaram comigo que acharam estranho. As pessoas falavam que gostam muito de se surpreender, mas sempre para o bem. Eu sofri muito preconceito quando eu comecei a cantar o samba. É engraçado isso, né?

Ideias No samba tem mais preconceito?

Lucio Sanfilippo – É. Por ser branco no meio daquele samba. Tem mais preconceito do que a religião. Mas até hoje tem gente que não me chama pra trabalhar. Não sei se por eu ser branco ou pela voz que não é uma voz comum, é aguda. Eu sei que muita gente que começou depois de mim teve muito mais espaço na mídia. Isso que você diz, matar um leão por dia, vamos falar de mídia. Eu não consigo até hoje. Não tenho uma reportagem de setenta e oito minutos assim. Pra conseguir um tijolinho no jornal, tenho que matar um elefante, não é um leão. No outro dia, uma aluna mandou uma resposta que ela deu para o Joaquim Ferreira dos Santos, de O Globo, que escreveu que não tem cantor na Lapa: “Cadê os cantores?” Eu não li porque eu não leio O Globo, não sou muito adepto de ficar lendo...

Ideias É uma posição política?

Lucio Sanfilippo – É. A gente fica

pensando: “Como é que não tem cantor?”, eu posso falar aqui uns dez: Marcos Sacramento, Moisés Smart, Nuno, Marta e Max, Alfredo, Pedro Paulo, Pedro Holanda, Pedrinho Miranda, Edu, e eu né? Eu estou aí, e vou fazer 16 anos agora. E como é que não tem cantor? Quer dizer, até nisso eles são preconceituosos. Porque não tem cantor? Um cara de jornal falar isso é vergonhoso. A minha aluna escreveu: “Você nunca foi na Lapa? Vai no Ernesto”. Tenho que pedir pro jornalista ir me ver pra saber que eu existo há 15 anos.

Ideias Sobre a parceria com o Jongo, como você é recebido no quintal Tia Maria?

Lucio Sanfilippo – O Jongo foi amor à primeira vista. A gente se apaixonou. Aí, eu resolvi fazer uma monografia sobre o Jongo, me formei em Educação Física. Peguei as letras e documentei. A Serrinha me botou no colo desde o primeiro momento. Então, vou lá na Tia Maria, entro na casa dela e ela pergunta o que eu quero comer. Agora que eu quero: “Tia Maria vem fazer uma participação aqui no Ernesto”, não tem uma vez que ela não vá. Eu chego na Serrinha, ela fala: “Eu sei as suas músicas todas do seu disco”. Cantei em dezembro no Império Serrano, no aniversário da Tia Maria, ela fez 89 anos. Ela falou: “quer que eu cante agora? Qual é que você quer que eu cante?”

Ideias E o renascimento da Lapa? Como é que você se inseriu nisso?



Sanfilippo – O Nestor teve ideia de fazer o “Esposa da Antiga” dentro do Antiquário. Lá na Rua do Lavradio. A Luciane Menezes que era cantora do Dobrando a Esquina ficou grávida. Em novembro de 97 ela me ligou: “Lucio, eu estou me sentindo mal, estou grávida. Eu não conheço ninguém que possa ir lá cantar pra mim noite inteira de samba”, e não tinha mesmo. Você pode ir lá? Só dá o tom que os meninos vão”, e foi o maior sucesso. Quando foi ter o neném, ela falou: “Lucio fica! - Claro”.

Ideias A Lapa voltou a ser um lugar de referência de cultura e de resistência?

Sanfilippo – Claro. Importante também na criação do novo. Não adianta ficar só “Vamos cantar a velha guarda da Portela, da Mangueira”. Mas você compõe... Tem muita gente hoje em dia fazendo música. As pessoas conseguiram espaço ali, não existia nada.

Ideias A mídia é cruel em termos de qualidade?

Lucio Sanfilippo – Eu escolhi sofrer com isso, na verdade, porque eu faço o meu trabalho lá dentro do restaurante alemão, e o meu disco é resultado do meu trabalho. Acho que as pessoas da Lapa, a Teresa Cristina que é a mais sortuda de todos, que desde o início as pessoas, e a mídia se aproveitam também porque ela é negra. Não vão dar espaço pra mim. Eu vou falar o quê? Eles querem botar um negro que não sei-o-que, que fez, que veio do subúrbio, e não sei-o-que.

Ideias Você é uma pessoa que tem alternativa socialista. Isso se reflete no seu trabalho?

Sanfilippo – O meu trabalho na educação e o meu trabalho a noite, eles se confundem. Eu resolvi trabalhar com isso. Eu cismeiquei que felicidade e amor são as coisas mais importantes. E acho que você tem que ter conhecimento, e porque não conhecimento se divertindo com a cultura e com a dança e com a música? Você pode falar do amassar o café no Jongo, você está falando da farinha de café, eu acabei de falar aqui que o Jongo veio da farinha de café. É o passo para amassar o café, está se movimentando, dançando, está se divertindo...

Ideias Você veio da casa grande, você é descendente de europeu, e mudou pra senzala?

Sanfilippo – Eu optei pela senzala, porque, na verdade eu nasci na senzala. (risos...) Tem ligação antiga. Porque não é possível não ter, então, eu faço isso.

Ideias Até que ponto a religião influencia o seu trabalho?

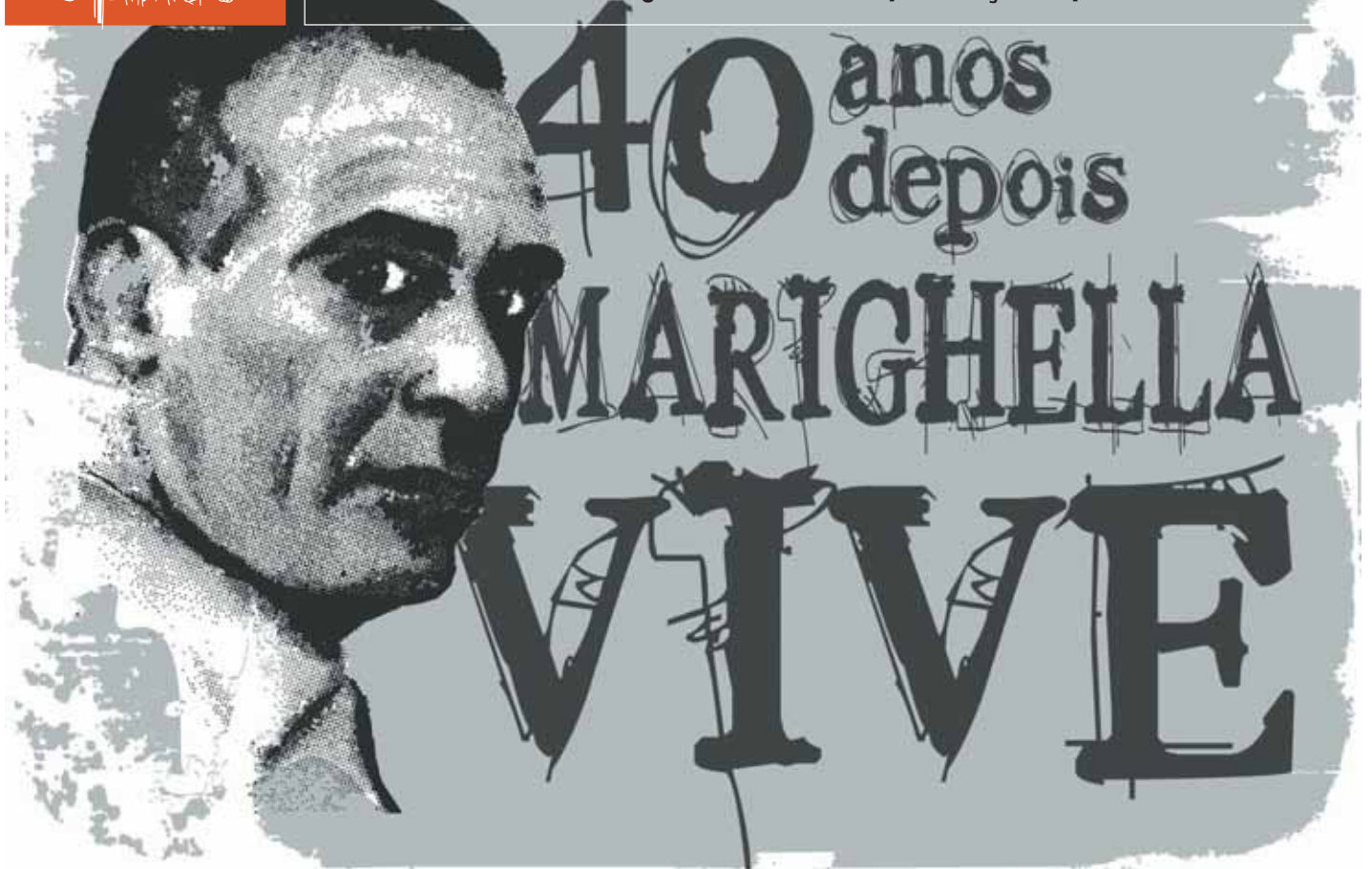
Sanfilippo – As coisas todas se confundem, porque? O meu novo disco vai se chamar “Flor do Velho Engenho”, por exemplo, que faz uma referência ao Engenho Velho da Bahia, da 1ª casa de Candomblé do Brasil, e de onde descende a minha casa. Anitinha é a flor do velho engenho e personagem da música era a minha avó de santo, mãe de santo do meu pai de santo, que iniciou o meu pai de santo e que foi o que me iniciou. Ela pegou o povo de Orubá principalmente, e montou uma religiosidade com todos esses Orixás... Eles convivem num mesmo espaço. O que era uma cidade inteira só pra cultuar o Oxossi, uma só pra Ogum, uma só pra Xangô, lá é cultuado no mesmo espaço. Quando eu digo a Flor do Velho Engenho, só pra falar um pouco do disco, eu digo que a flor é a parte condutora... Fui descobrir isso agora depois de estudar um pouquinho mais. A história religiosa, a percussão religiosa, é um negócio que encanta. O tambor é uma coisa que vibra de tal maneira... Emociona. É uma coisa do arrepio. Eu não consigo mais separar isso do trabalho.

Ideias No seu trabalho você fez um CD...

Sanfilippo – Eu tenho um CD solo chamado “Canções de Amor ao léu”, é o meu 1º disco solo, com a participação da Lia de Itamaracá, com a Tia Maria... E tem o CD antes desse que chama “Corde das Fitas”, que eu fui convidado pelo Lenildo Gomes do Dobrando a Esquina. Agora estou fazendo esse novo disco que é “A Flor do Velho Engenho”, no mesmo molde do outro disco, que é minha vida mesmo, que é essa coisa militante, pedagógica, religiosa misturada. Quis botar músicas de amigos que são talentosos. Deve sair depois do carnaval junto com um livro também que eu vou lançar.

Ideias O livro trata sobre...

Sanfilippo – O livro é sobre interdisciplinaridade na escola. Chama “Interdisciplinando a Cultura na escola com o Jongo” e que é o que eu estava falando: Por que a gente não se diverte? Por que não aprende se divertindo? A escola esquece que pode brincar, cantar, dançar e aprender. Eu faço essa proposta de dar uma aula de Jongo. E as outras disciplinas que se integrassem e planejassem nas aulas com conteúdos relacionados ao universo do Jongo. E no final de tudo tem sugestões dos professores de outras disciplinas dizendo: eu posso trabalhar assim com conteúdo.



Edileuza Pimenta Lima*

Carlos Marighella, um mulato baiano, como ele mesmo se definia, foi assassinado há 40 anos, em São Paulo, em 4 de novembro de 1969, durante emboscada armada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Filho de imigrante italiano com negra descendente de escravos, nasceu em 1911. Abandonou os estudos de Engenharia quando tinha pouco mais de vinte anos e aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte de 1946 após passar mais de seis anos preso. Teve o mandato cassado em 1948, foi para clandestinidade da qual não mais saiu. Com o golpe de 1964, passou a discordar das teses de resistência pacífica do PCB. Em fins de 1967, fundou a organização guerrilheira Ação Libertadora Nacional (ALN).

Em novembro de 2009, Marighella recebeu o título póstumo de cidadão paulistano. A cidade de seus assassinos reconheceu a importância de sua luta. Exposições sobre sua vida ocorreram em São Paulo, no Memorial da Resistência; e em Salvador, no Teatro Castro Alves. No Rio, na Caixa Cultural, na avenida Almirante Barroso, a exposição terminou em 17 de janeiro. A vida de Marighella é contada por meio de cartas, livros, depoimentos, fotos e textos da autoria do próprio. Ele também recebeu o título de cidadão carioca “in memoriam”

em dezembro último no espaço da Caixa Cultural.

Ao defender a luta armada, ele falava do perigo de os marxistas, seguindo estratégia pelo caminho pacífico, “ajudarem a transformar o Brasil num país social democrático, exercendo em nome dos Estados Unidos o papel de freio do movimento de libertação da América Latina”. Ele não poderia ser mais atual. Se tivesse sobrevivido, analisaria o fenômeno recente da guinada à esquerda da América Latina, por meio da ascensão do nacionalismo revolucionário em países como Venezuela e Bolívia,

Ele não poderia ser mais atual. Se tivesse sobrevivido, analisaria o fenômeno recente da guinada à esquerda da América Latina

criticando o modelo brasileiro que, apesar das condições objetivas não consegue avançar em direção ao programa que ele preconizava para o Brasil.

Se em 1967 Marighella aderiu à Organização Latino-Americana de Solidariedade, hoje suas ideias

as poderiam contemplar aos adeptos da Alternativa Bolivariana para as Américas, pois, segundo enunciou em outro documento, o Chamamento ao Povo Brasileiro, de dezembro de 1968, entre algumas das medidas estaria a seguinte: “Tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais”.

Após 40 anos de sua morte, o pensamento de Marighella permanece vivo. Há décadas ele dizia que as elites brasileiras já tinham mostrado seu fracasso, e que uma estratégia revolucionária deveria levar em conta a separação entre o partido do proletariado e os partidos da burguesia. É justamente isso o que falta ao país. Marighella sempre soube que “o segredo da vitória é o povo”.

*Técnica judiciária da Justiça Federal Venezuela, historiadora e autora do livro “Virgílio Gomes da Silva – De retirante a guerrilheiro”.

Mensalão do Democratas marca gestão de Arruda



Em 28 de junho de 2007, o Blog Democrata, oficial do partido Democratas (DEM), publicou um texto em que se referia ao PT. Na ocasião, matéria foi veiculada em que num trecho dizia: “O Globo de hoje informa que ‘passados mais de dois anos do escândalo do mensalão...o PT está decidido a esquecer o passado’. O Blog Democrata, porém, tem memória. E não esquece a “quadrilha do mensalão que se instalou no governo Lula”. Ao tentar posar de guardião da moralidade nacional, no ano passado, veio à tona o Mensalão do Democratas, capitaneado pelo governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, então no DEM. No possível esquema investigado pela Polícia Federal, existem indícios do governador, do

vice, de deputados e de secretários estarem envolvidos em falcatruas. Imagens gravadas mostram até o presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado distrital Leonardo Prudente, ex-DEM e atualmente sem partido, colocando maços de dinheiro na meia. Uma liminar da Justiça determinou que Prudente fosse afastado do cargo.

Para refrescar a memória de quem sabe, ou pelo menos tenta esquecer, é bom lembrar um pouco da história do Democratas. Durante a ditadura militar, existiam apenas dois partidos. O da oposição era o MDB e o que apoiava a ditadura era a Arena. Naqueles tempos, desfilavam na política nacional, figu-

ras como ACM, Borhausen, Ma-luf, Sarney, etc. A partir de 1979-80, o país voltou a ter vários partidos. Assim, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) mudou de nome e passou a se chamar PDS. Ouvia-se nas ruas o coro popular: “o povo não esquece, abaixo o PDS!”. Foi preciso mais uma vez mudar de nome e o PDS rachou em dois novos partidos, o PP e o PFL. Para aqueles que acompanham um pouco da política, o PFL mudou novamente de nome e agora se chama Democratas e é dirigido pela segunda geração “daqueles” políticos: neto do ACM, filho do Borhausen, filho do César Maia, etc.

E o José Roberto Arruda, você lembra dele? Pois é, quem acompanha um pouco de política, com certeza vai lembrar. Em 2001, Arruda era senador pelo PSDB do Distrito Federal e líder do governo FHC no Senado. O escândalo foi a violação do painel da Casa. O presidente do Senado era ACM (PFL) e houve um processo de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar naquele escândalo de desvio de recursos na construção do prédio do TRT. Lembra-se do “Lalau”? Acontece que a votação da cassação no plenário do Senado era para ser secreta, mas ACM e Arruda conseguiram a lista e o voto de cada senador, e passaram a chantagear aqueles que não votaram como eles queriam. No início, fez um discurso na tribuna do Senado, negando os fatos. Quando a coisa complicou re-

nunciou ao mandato de senador para evitar a perda dos direitos políticos. Foi para o DEM aumentando a longa ficha corrida de escândalos de corrupção do partido.

Flagrado pela operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que revelou ao país um possível esquema de caixa dois e pagamentos de propinas a políticos em Brasília, o Mensalão do DEM movimentaria milhões de reais e já funcionaria, sem interrupção, há dez anos. Em três dezenas de vídeos divulgados – há centenas de outros ainda inéditos – foi possível ver o governador José Roberto Arruda receber R\$ 50 mil em caixa dois; o presidente da Câmara Legislativa, deputado Leonardo Prudente (DEM), guardar dinheiro nas meias; deputados orando a Deus em agradecimento pela propina; e empresários, ora colocando maços de dinheiro na cueca, ora pagando propinas em troca de contratos com o governo de Brasília. Além de Arruda, o vice-governador Paulo Octávio Pereira (DEM), oito dos 24 deputados distritais de Brasília e a maioria dos secretários do governo do DF são suspeitos de se beneficiarem do esquema. São investigados também desembargadores do Tribunal de Justiça e promotores públicos.

Ao começar o governo no DF em 2007, Arruda tentou imprimir a sua gestão a marca de um administrador moderno. Anunciou corte de despesas, a revisão de contratos e a suspensão de pagamentos. Mas ao que tudo indica não será essa a marca que deixará na política.

O que aprendi na polêmica do PNDH

Luiz Carlos Azenha*

Definiu um leitor do Nassif que "a montanha pariu um rato". Seria uma boa imagem se, depois de tantos litros de tinta, tantas páginas de jornal, tantos minutos em emissoras de rádio e televisão dedicados à polêmica do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) não extraíssemos absolutamente nada. Não foi o caso. Podemos dizer que a polêmica pariu discussão sobre Direitos Humanos e renovou o ímpeto daqueles que lutam para aprofundar a democracia e fazer valer direitos não apenas aos latifundiários da terra e do espaço eletromagnético. Um leitor do Viomundo apontou o nexos entre esses dois grupos por trás da polêmica.

Não é por acaso que, do lado de lá, sustentando a teoria doidivas de que o PNDH representa algum tipo de "cobertura" a um "golpe autoritário" no Brasil, estavam editoriais das

Folha, do Estadão, páginas da Veja, Ali Kamel, Boris Casoy, Ives Gandra Martins, Confederação Nacional da Agricultura, OAB paulista (a mesma do "Cansei"), setores conservadores da Igreja, José Nêumanne, Alexandre Garcia e uma infinidade de outros personagens menores. O leitor Gustavo Paim Pamplona disse, em comentário, que o terremoto no Haiti - e as trágicas mortes de Zilda Arns e dos militares brasileiros - abortou a primeira grande "crise" de 2010.

(...) Dava para notar para onde caminharia a "crise", não fosse pelo infortúnio caribenho: iria bater às portas da Casa Civil e de Dilma Rousseff. Há quem diga que foi tudo tramado por José Serra ou assessores dele: a crise perfeita. Presidente da República em férias, a musa da febre amarela vaza relatório que ainda não tinha chegado ao Ministério da Defesa dando conta de que a FAB montou pódio com medalhinha de ouro para o jato sueco, de pra-

ta para o jato americano e de bronze para o jato francês, justamente o preferido do presidente. Some-se a isso o descontentamento militar com o Plano Nacional dos Direitos Humanos, especificamente com a Comissão da Verdade para apurar os crimes cometidos pela "repressão política" durante o regime militar.

(...) Resisto em acreditar em maquinções que requeiram a articulação de mais de meia dúzia de pessoas. Mas o "modo de operação" é conhecido: os jornais repercutem notícias uns dos outros, que ganham perna nos telejornais e...vira uma bola de neve. Vi isso nos tempos em que era repórter da TV Globo: sai na Veja, ganha pernas no Jornal Nacional de sábado, sai nos jornalões de domingo e segunda-feira tem "crise".

(...) A falta de entendimento ou a má fé - é difícil dizer quando é preguiça e quando é malícia - resultou em abordagens inacreditáveis, como a já famosa repor-

tagem do Jornal da Band que junta tudo o que pode haver de pior no Jornalismo: deveria ser gravada e mostrada nas salas de aula pelos professores como exemplo de como não fazer.

(...) Há que se investigar o passado, punir os criminosos que cometeram seus crimes em nome e em defesa de um regime ilegítimo. Ponto. De outra parte, se algumas centenas de brasileiros se engajarem na defesa dos princípios expressos no PNDH, a "crise militar" terá valido a pena.

Descomprimir a imensa panela de pressão que é um país injusto como o Brasil requer paciência e cuidado, especialmente quando mudanças rápidas colocam em xeque um modelo concentrador de renda, de terra e de poder. Nesse contexto, Direitos Humanos representam uma ameaça por serem exatamente o que são: universais.

*Jornalista - Leia a íntegra em <http://www.viomundo.com.br/opiniaio/oque-aprendi-na-polemica-do-pndh/>

CUT e ABGLT são favoráveis ao programa

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou nota, no dia 11 de janeiro, em que defende a política de direitos humanos desenvolvida pelo governo federal e pede a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos por agentes do Estado durante a ditadura militar. No texto, a central acredita que a iniciativa "é um desejo legítimo da sociedade e deve ser implementado pelo Estado". A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) também manifestou apoio às resoluções presentes no Programa Nacional de Direitos Humanos. A entidade compreende que os direitos se-

xuais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são direitos humanos e por isso fundamentais a serem respeitados em uma sociedade democrática. Confira a nota da CUT:

Em defesa dos direitos humanos, da verdade e da justiça

"O Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal tem levantado um debate importante na sociedade brasileira com suas propostas de democratização e de aplicação dos direitos fundamentais para amplos setores sociais. Essas propostas alteram o status quo de quem advoga a manutenção do silêncio, pois suscita a investigação da

verdade e da justiça sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes de estado. Nos países que têm essa mácula, isso é mais um direito, é um desejo legítimo da sociedade e deve ser implementado pelo Estado.

Os defensores da tortura alegam que os dois lados em conflito deveriam ser investigados. Acontece que os opositores da ditadura militar já foram punidos, com sequestros, cárceres clandestinos, estupros, mortes, "desaparecimentos", prisões, torturas, exílios forçados. Mesmo dentro das leis do regime de exceção, foram cometidos crimes de lesa-humanidade que nunca foram investigados. O Brasil é o

único país da América Latina que ainda não julgou seus torturadores.

A CUT se soma aos diversos setores sociais e do governo federal, especialmente, com o Ministro Paulo Vannuchi, na defesa da democratização da sociedade brasileira. Banalizar a tortura favorece a continuidade da violência dos agentes de Estado contra a população pobre e dos movimentos sociais no país. Não à impunidade! Que a verdade e justiça prevaleçam sobre os torturadores!"

Do portal Mundo do Trabalho/CUT

Lula cria grupo de trabalho para elaborar Comissão da Verdade

Em decreto assinado dia 13 de janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôs fim nos desentendimentos entre setores militares e a pasta dos Direitos Humanos em torno do III Programa Nacional de Direitos Humanos. Com a medida, Lula cria o grupo de trabalho para elaborar o projeto de lei da Comissão da Verdade, suprimindo a expressão “repressão política” da parte que trata da apuração de casos de violação de direitos no contexto do regime militar.

Em seu blog, o jornalista Paulo Henrique Amorim, afirma que Lula saiu vitorioso e enumera:

“Vitória número 1 de Lula sobre Jobim: a Comissão da Verdade vai existir; a finalidade da comissão da verdade permanece, ou seja, apurar os crimes dos torturadores. O ministro serrista Nelson Jobim tentou dinamitar a Comissão da Verdade e botou um bode na sala. O bode na sala era a utilização da expressão “repressão política”. Agora, Lula devolve o bode ao quintal do ministro traíra e serrista. E a Comissão da Verdade passa a ser para apurar “violações dos direitos humanos”.

Ou seja, o golpe de Jobim e de Fernando Henrique Cardoso não deu certo. Fernando Henrique Cardoso e Jobim queriam que



Lula matasse a Comissão da Verdade e, com isso, fazer com que Lula capitulasse diante dos militares como Fernando Henrique capitulou. Lula abriu a porta para punir os torturadores”.

A também jornalista Hildegard Angel, do Jornal do Brasil, não poupou críticas às reclamações dos militares contra o Plano Nacional dos Direitos Humanos. “Despertam como se fossem zumbis ressuscitados e vêm assombrar nosso cotidiano com elogios à ação sanguinária dos ditadores, os quais torturaram e mataram nos mais sórdidos porões deste país, com instrumentos de tortura terríveis, barbaridades medievais, e trucidaram nossos jovens idealistas, na grande maioria universitários da

classe média, que se viram impedidos, pelos algozes, de prosseguir seus estudos nas escolas, onde a liberdade de pensamento não era permitida, que dirá a de expressão!”

Enquanto isso, nos outros hermanos....

Ao mesmo tempo em que os militares brasileiros reclamam da possibilidade de serem investigados, nossos vizinhos, que também sofrem os horrores da ditadura, tomaram atitudes diferentes. O governo da Argentina tornou acessível toda a documentação existente sobre as ações das forças armadas durante a última ditadura (1976-83), com exceção dos fatos registrados durante a Guerra das Malvinas de 1982, por meio de

um decreto presidencial. A presidente do Chile, Michelle Bachelet, também decidiu liberar os arquivos da ditadura de Pinochet, que permaneceu no poder até 1990.

“Manter classificações de segurança de caráter não público, em relação a informações e documentação relativas às ações das forças armadas durante a vigência do terrorismo de Estado, vai contra a política de memória, verdade e justiça que o Estado vem adotando desde 2003”, indicou o decreto assinado pela presidente argentina, Cristina Kirchner.

Essa medida agilizará “a grande quantidade de requerimentos judiciais de informação” criados a partir da reabertura de centenas de causas por violações dos direitos humanos após a anulação, em 2003, das leis de anistia, segundo o decreto.

O material em questão - que era acessível apenas ao Arquivo Nacional da Memória, que administra a documentação do Ministério da Defesa - não podia ser publicado sem um decreto específico em cada caso, informou a secretaria de Direitos Humanos em um comunicado.

Bolívia será único país do mundo a eleger juízes por voto

O vice-presidente boliviano Alvaro García Linera anunciou que a Bolívia elegerá por voto seus juízes e magistrados. O objetivo é melhorar o sistema judicial na nação andina. “A Constituição Política do Estado (CPE) estabelece uma revolução do

sistema judicial na qual os cargos da administração jurídica em diversos níveis hierárquicos serão escolhidos com o voto do povo pela primeira vez na Bolívia e no mundo”, assinalou Linera.

O presidente Evo Morales deci-

diu designar autoridades judiciais por um ano e de maneira interina, mediante lei transitória que será a primeira norma a ser aprovada pela nova Assembleia Legislativa Plurinacional. A Carta Magna, conforme explicou o vice-presidente boliviano, estabelece que

se deve eleger as autoridades dos órgãos Supremos da Justiça. Ele mencionou que as mudanças do Poder Judiciário requerem transformação do próprio comportamento dos funcionários da Justiça para mais acessível, rápido, eficiente e protetor do cidadão.

Palestinos da Amazônia vivem em Rondônia

Carlos Latuff*

A convite do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo) passei uma semana na companhia de lavradores nos acampamentos da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), no interior de Rondônia, em outubro do ano passado. Ao lado dos aldeões, tive a honra de comer, participar das conversas, da rotina, tomar conhecimento das necessidades, demandas e sonhos. Povo forte, que sofre o diabo, mas que não tem medo dele. Passei as noites numa cabana de palha, onde vivem seu Abel e sua esposa Zilda. Reservaram uma cama para mim, me receberam com todo carinho e gentileza. Mesmo na simplicidade da choupana, havia extrema preocupação em me agradar.

Acordava-se bem cedo, ainda escuro. "Bom dia, dormiu bem?". Escova de dentes na mão, rumo ao rio que beira a cabana. No moedor à manivela, os grãos de café eram preparados para o desjejum. O leite fervia no fogão a lenha. A mesa posta, o silêncio era discretamente interrompido tanto por mim quanto pelos pássaros. Seu Abel seguia para a roça, para cortar lenha, capinar, irrigar mudas, para transformar seu pequeno pedaço de selva em lar.

Os lavradores humildes precisam de bem pouco para viver uma vida digna. Com o argumento do combate ao desmatamento, o Ibama persegue e aplica multas altas aos que vivem da agricultura de subsistência, usa a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança e o Exército para sufocar as comunidades, como no caso de Rio Pardo. Lá, barreiras foram erguidas nas entradas e saídas, pessoas e veículos revistados, postos de combustível do acampamento remo-

Fotos: Carlos Latuff



Vista de um dos acampamentos da Liga dos Camponeses Pobres no coração de Rondônia

vidos, um rigor que não tem sido aplicado a latifundiários.

O histórico de violência naquela área já vem de longe. No Brasil Colônia, o vale do Guaporé foi palco de disputas imperialistas entre Portugal e Espanha, que só terminaram com o Tratado de Madrid em 1750. No século XVIII, com o ciclo da mineração e particularmente no final do século XIX, com o ciclo da borracha, grande leva de migrantes de diversas partes da Bolívia foi atraída, causando conflitos. Só foram resolvidos em 1903 com o Tratado de Petrópolis.

Em 1943, como resultado do desmembramento de áreas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso, foi criado por Getúlio Vargas o Território Federal de Guaporé, rebatizado para Ron-



Latuff entre os camponeses "Marcão" e seu Abel

dônia em 1956, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, militar que entre 1910 e 1940 comandou expedições de Cuiabá até o Amazonas para instalar linhas telegráficas e levar a boa e velha civilização branca aos índios. Rondônia torna-se estado em 1982.

O que pude presenciar durante minha visita foram trabalhadores rurais e suas famílias armados, isso sim, de uma força

de vontade poderosa, capaz de enfrentar os rigores da Amazônia Ocidental. O clima equatorial, extremamente quente e úmido, onde o sol castiga a carne, as doenças tropicais como a leishmaniose e a malária, que por aquelas bandas são tão comuns quanto um resfriado, animais selvagens como onças, porcos-do-mato e serpentes venenosas, um risco sempre presente, oculto pela densa vegetação. Operações constantes do Ibama



Base da Força Nacional de Segurança em Rio Pardo (RO)

Não são os rigores da selva amazônica os maiores inimigos do povo do campo. São os fazendeiros milionários e seus exércitos particulares formados por assassinos de aluguel e policiais, cujas ações criminosas são sustentadas por políticos locais e a imprensa

Maiores inimigos dos camponeses são os fazendeiros e seus exércitos de assassinos

Não são os rigores da selva amazônica os maiores inimigos do povo do campo. São os fazendeiros milionários e seus exércitos particulares formados por assassinos de aluguel e policiais, cujas ações criminosas são sustentadas por políticos locais e a imprensa, que alimentada com verbas publicitárias e mesmo matérias pagas, tenta demonizar a justa resistência dos pequenos agricultores. Conceitos como direitos humanos e cidadania inexistem nos cantões de Rondônia. A pistolagem é instituição consagrada pela sociedade. Numa corrida de taxi em Ariquemes, com mais três passageiros, ouvi animadas histórias de fazendeiros, políticos e mortes encomendadas. Uma delas reproduzo aqui:

Um homem pescava num rio. Conseguiu apanhar dois pintados. Amarrou os peixes na garupa de sua bicicleta e seguiu por uma estrada. No meio do caminho foi parado por um fazendeiro e seu jagunço numa caminhonete.

“Onde você pescou isso?”, perguntou o fazendeiro.

“Naquele rio logo ali”, respondeu o sujeito.

“Então pode deixar por aí mesmo, que aquele rio é meu”, disse o fazendeiro, no momento em que o capanga já saía do veículo de forma ameaçadora. O pescador teve de fugir. Ao comentar esse



Caminhando pela imensidão da selva amazônica

caso com o pessoal da LCP, me disseram que ele teve sorte de não ter sido simplesmente baleado. É somente uma das histórias que explicam a razão da revolta que o camponês traz consigo no peito.

Historicamente, a reforma agrária no Brasil nunca se deu de maneira espontânea pelos governos, e sim pela pressão feita pelos movimentos populares de luta pela terra. No caso da LCP, sequer conta com o Incra para assentar as famílias. Para os integrantes da LCP, não existe o conceito de “desapropriação de terras improdutivas”, visto que mesmo as produ-

tivas, em mãos de ricos fazendeiros, servirão aos interesses do agronegócio.

“Dedico este ensaio a Elcio Machado “Sabiá”, que conheci pessoalmente e Gilson Gonçalves, ambos sequestrados, torturados e assassinados por pistoleiros em Buritis, no interior de Rondônia, no dia 9 de dezembro de 2009, dois meses depois de ter produzido essas fotos”.

Carlos Latuff

No Brasil Colônia, o vale do Guaporé foi palco de disputas imperialistas entre Portugal e Espanha, que só terminaram com o Tratado de Madrid em 1750

e das polícias tentam tomar os armamentos rústicos das mãos dos lavradores, impedindo que eles se defendam tanto de animais ferozes quanto de pistoleiros. O direito à legítima defesa também lhes é negado. Os camponeses seguem resistindo a estas agressões como podem. Não se entregam nunca. São os palestinos da Amazônia.

*Cartunista e colaborador de Ideias em Revista

A primeira luz numa nova era

I Conferência Nacional de Comunicação abre as portas e indica os caminhos para a regulamentação e a democratização de um dos mais importantes e oligopolizados setores do país



Plenária cheia: 20% dos participantes eram do poder público, 40% da sociedade civil, Ongs e sindicatos e 40% de empresários do setor

Texto e fotos
Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá

Se perguntarem o que de mais importante aconteceu no Brasil em 2009, não foi a vitória sobre a tão alardeada “crise econômica mundial”, nem a maior inserção do país no cenário mundial e tampouco a escolha do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. O principal evento do ano ocorreu no apagar das luzes, na segunda quinzena de dezembro e recebeu cobertura pífia da Grande Mídia, especialmente da televisão: a I Conferência Nacional de Comunicação. Realmente não era de se estranhar esse tratamento. Afinal, num setor dominado nacional-

mente por apenas seis ou sete famílias, qual delas teria interesse em divulgar com isenção as iniciativas para a sua democratização?

Mas num país em que há mais famílias com televisor do que com geladeira e quase mais celulares do que cidadão, discutir como se faz, se acessa e se distribui os produtos da comunicação é, para se dizer, no mínimo, essencial. Especialmente num mundo pós-moderno de convergência e portabilidade das mídias e tecnologias audiovisuais, mediando as relações interpessoais e formatando as visões que temos desse mundo! Estranho mesmo foi ver chegar os caminhões de todas as redes de TV e um batalhão de

repórteres ao prédio da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde acontecia no final de novembro a etapa estadual da Confecom. Só depois do susto descobrimos que ali seria velado o corpo do ex-prefeito da capital, Celso Pitta. A comunicação, claro, estava fora da pauta dos noticiários e nenhuma das câmeras apontou para os debates.

Apesar de todas as dificuldades e percalços para convocação e realização da I Confecom, a conferência foi um grande sucesso. Primeiro pela enorme mobilização que gerou durante todo o ano e pelas múltiplas oportunidades públicas para um debate que era quase tabu no Brasil. Sem contar os inúmeros encontros prepara-

tórios e reuniões esparsas de interessados no tema. Somente nas etapas municipais e estaduais da Confecom participaram oficialmente cerca de 30 mil pessoas para que fossem eleitos os 1.684 delegados (20% representantes do poder público, 40% da sociedade civil não-empresarial como ONGs, sindicatos e movimentos sociais; e 40% dos empresários do setor).

Ao todo, foram aprovadas 672 propostas, das quais somente 71 tiveram de ir à votação na plenária final, por tratarem de temas divergentes, e 601 receberam mais de 80% de aprovação ainda nos grupos de trabalho, tornando desnecessária a votação (a lista completa pode ser baixada no

das comunicações no Brasil

endereço http://www.confecom.com.br/propostas_aprovadas). O próprio critério de votação foi uma vitória em si, já que no momento de abertura dos trabalhos os grandes empresários tentaram novamente mudar o regimento interno para ter mais controle sobre os chamados “temas sensíveis” antes da plenária. Com alguma flexibilidade e muita maturidade as partes conseguiram chegar a um acordo que garantiu a instalação e a continuidade da conferência.

“O grande saldo da Confecom foi mesmo a pavimentação de uma estrada de diálogo entre os diferentes seguimentos da comunicação que certamente permitirá novos avanços políticos no setor”, acredita Renato Rovai, editor da revista Fórum e um dos articuladores do grupo de “empresários progressistas” que participou do evento. “Pode não ser tudo o que esperávamos, mas não se conquista o céu por decreto e o processo democrático de fato demanda tempo, organização e ampliação dos campos de debate”. Nesse sentido, segundo ele, foi fundamental a atuação dos 20 “empresários progressistas” paulistas e de mais cerca de 20 vindos de outros estados que estavam ideologicamente mais alinhados aos movimentos sociais.

Entre as propostas importantes aprovadas na Confecom, Rovai cita algumas que sequer precisam passar pelo Congresso para serem efetivadas. “Com o aval de mais de 80% de aprovação por parte de empresários, ONGs e do próprio governo, propostas como a da criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, que necessita apenas de um despacho ou decreto do Executivo, ganham condições políticas para virarem realidade rapidamente”, diz. “O mesmo pode acontecer com a



Brant: “É possível debater pontos de vista apesar de divergências”

descriminalização das rádios comunitárias e a retirada do poder de fechamento pela Polícia Federal, ou a melhor distribuição da propaganda governamental em veículos regionais, ou ainda a possibilidade dos Correios se tornarem uma alternativa para distribuição de jornais e revistas, quebrando o quase monopólio da Abril no setor com a fusão das distribuidoras Dinape e Chinaglia”.

A secretária de Comunicação da CUT Nacional, Rosane Bertotti, que fez parte do Comitê de Organização da Confecom, segue pela mesma linha. “Foi uma conferência bem diferente das outras que tiveram participação da CUT, com necessidade muito maior de ma-

turidade, diálogo e negociação com os diversos setores da sociedade representados”, analisa. “Mas mesmo propostas importantes para nós que não foram aprovadas na votação final, como por exemplo o ‘direito de antena’ para o movimento sindical garantir espaço dentro da programação das TVs privadas, tiveram mais de 55% dos votos, o que cria uma possibilidade real de conquistarmos esse direito mais à frente”. Ela lembra que na Argentina o povo teve de ir às ruas para o governo conseguir aprovar a nova lei de comunicações do país e que talvez isso também seja necessário no Brasil. “Mas para isso precisamos nos rearticular já a partir do Fórum Social Mundial, no final do mês

em Porto Alegre, e seguir mobilizados para garantir a implantação, ainda esse ano, do Conselho Nacional de Comunicação Social, da regulamentação das rádios comunitárias e da exigência de formação profissional em comunicação”, afirma. “Além dessa pauta prioritária, devemos também iniciar os preparativos para II Confecom em 2012”.

Um dos coordenadores do Coletivo Intervozes, grupo atuante na luta pela democratização dos meios de comunicação, João Brant também acredita ser fundamental manter e fortalecer a mobilização conquistada na I Confecom. “A conferência provou que é possível debater os diferentes pontos de vista sobre a comunicação e que apesar das divergências, até por interesses comerciais ou de poder político, há um grande espaço para mudanças consensuais”, atesta. “Temos de manter e ampliar esse saldo organizativo da sociedade civil não-empresarial para batalhar pela implementação das propostas e para isso já estamos começando a organizar novas reuniões estaduais”. Para Brant, as propostas aprovadas por consenso representam um enorme avanço e definem uma boa agenda para temas como um novo marco regulatório para as concessões e renovações de concessões de rádio de TV; para o fornecimento de banda larga de internet em regime público; para o fortalecimento do sistema público de comunicação; para o incentivo à produção nacional e regional (cujas propostas ainda precisam ser melhor trabalhadas); a proibição da propriedade cruzada de meios de comunicação; a imposição do respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente na propaganda; a garantia de tratamento condigno para mulheres, negros e população LGBT; etc.

Uma conferência sempre na corda bamba.



A Confecom finalmente saiu do papel. Após grande pressão do movimento social, os recursos foram liberados para organizar a conferência

Texto e fotos
Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação, durante o Fórum Social Mundial em Belém, em janeiro de 2009, todos que lutamos de alguma forma pela democratização do setor sabíamos que essa seria uma batalha provavelmente de poucos resultados. Isso se a conferência afinal saísse do papel. Uma discussão mais séria desse setor reivindicada pela sociedade pelo menos desde a Constituinte de 1988, que levou à criação do Fórum Nacional da De-

mocratização da Comunicação (FNDC). Os debates, entretanto, ficaram praticamente restritos ao meio acadêmico e a algumas entidades da sociedade civil e sindicatos. Uma pressão maior pela conferência, seguindo o modelo de outros setores como o dos direitos humanos, saúde, cultura, etc, só se instalaria após a chegada do PT ao governo federal e com mais força há cerca de quatro anos (já foram realizadas 60 conferências no governo Lula). Ainda assim, devido a resistências dentro do próprio governo, em especial naquele que teoricamente deveria ser o primeiro interessado na Confecom, o Ministério das

Comunicações, a convocação oficial levaria mais três meses para ser publicada, em abril, com o tema “meios para a construção de direitos e cidadania na era digital”.

Em maio, R\$ 6,5 milhões dos R\$ 8,2 milhões destinados ao evento foram “contingenciados” e somente após muita pressão dos movimentos sociais a dotação foi recomposta por meio do Projeto de Lei 27/2009, aprovado pelo Congresso Nacional em agosto. A pendenga só foi decidida pela interferência direta do presidente e pela participação de mais duas secretarias com status de ministérios na organiza-

ção da Confecom: a Secretaria de Comunicação Social e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Os prazos para realização das etapas municipais e estaduais, entretanto, eram mínimos, levando mesmo entidades da sociedade civil a cogitarem adiar a conferência para 2010. E o próprio Lula mudou mais tarde a agenda final (da primeira para a terceira semana de dezembro) de modo a poder fazer o discurso de abertura.

Um segundo grande impasse se deu na definição do regimento interno da Confecom, já em agosto. No dia 13 daquele mês, as seis principais entidades do

Impasses quase inviabilizam o evento



Bancada dos empresários progressistas: o fiel da balança

táculo à confecção do regimento interno e do documento-base de convocação das conferências estaduais, que precedem a nacional”.

Ainda assim, os grandes empresários conseguiram uma representação de 40% nos delegados na conferência, muito maior do que de fato o setor possui na sociedade brasileira. E enquanto Globo, Record, SBT, Estadão, Folha e outros se recusavam a discutir, a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), que reúne o Grupo Bandeirantes e a Rede TV! e a Telebrasil, entidade de operadoras de telefonia como a Tim, a Telefônica, a Vivo, a Claro, a Oi etc, permaneceram no debate com ainda mais força, praticamente garantindo um poder de veto para propostas fora dos interesses empresariais. Esse foi o preço inicial para se manter a representatividade de todos os setores da sociedade. Foram-se as entidades, mas ficou o lobby.

Ao mesmo tempo, estados governados pela oposição ao governo federal e alguns no norte do país boicotavam ou tinham dificuldades em convocar as conferências municipais e estaduais que elegeriam os delegados para a etapa nacional e

definiriam um conjunto de propostas-base. Sem representatividade de todo o Brasil, a conferência estava novamente em perigo. Enquanto estados como Pará e Paraná deram todo apoio ao processo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, as conferências por pouco não deixaram de acontecer. Um exemplo claro é o governador/candidato José Serra, que simplesmente “perdeu o prazo” de 15 de setembro para convocar a etapa paulista da Confecom.

Sem representação

Com isso, a Assembléia Legislativa, a segunda na linha para a convocação, teve apenas cinco dias para organizar o evento em São Paulo, atrás de 19 outros estados e do Distrito Federal. Outro problema foi o peso da representação estadual na conferência nacional. Apesar de possuir cerca de 23% da população do país, São Paulo foi o único a não ter uma representação proporcional à sua população, elegendo apenas 13% dos delegados da Confecom.

A última tentativa por parte dos empresários de controlar o processo antes do encontro final em Brasília, entre 14 e 17 de dezembro, se daria também em

São Paulo. Diferente de outros estados em que os representantes da “sociedade civil empresarial” eram quase que invariavelmente empregados das Teles ou das retransmissoras da Band e da Rede TV!, jornalistas independentes que foram “terceirizados” nas redações e obrigados a montar micro-empresas para continuar trabalhando se organizaram num grupo de “empresários progressistas” com posições mais próximas da “sociedade civil não empresarial” e conseguiram garantir quase metade das inscrições na etapa estadual.

Com isso, deveriam ter direito a eleger cerca de 40 dos 84 delegados do setor empresarial. As Teles, contudo, “ofereciam” dez vagas, dizendo que “estava bom demais”. Foi preciso os pequenos empresários ameaçarem entrar na justiça e parar a conferência para que houvesse um acordo que garantiu aos “progressistas” apenas 20 delegados para a etapa final. Mas esse número, junto a outros empresários “independentes”, iria funcionar como um fiel da balança e como ponto médio entre posições mais fechadas do governo, setores mais radicais do movimento social e chantagens dos grandes empresários.

empresariado (representando praticamente todas as grandes famílias do mercado), abandonaram o processo. Os representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Brasileira de Internet (Abranet), da Associação Brasileira de TVs por Assinatura (ABTA), da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), da Associação dos Jornais do Interior (Adjori) e da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) alegaram que “a defesa de princípios como liberdade de expressão, direito à informação e legalidade foi entendida por outros interlocutores da comissão organizadora como um obs-

Grande mídia faz cobertura tendenciosa



Credenciamento: 1.684 delegados eleitos para a conferência

A movimentação em torno da Confecom foi tão intensa e os resultados tão evidentes, que no final não pôde ser ignorada pela Grande Mídia, apesar das abordagens “equivocadas”. Enquanto os mais raivosos como Diogo Mainard e Reinaldo Azevedo (Veja) berravam que a conferência seria um fracasso como todas as iniciativas anteriores do governo Lula de “censurar os meios de comunicação”, o jornal O Globo (e também o Jornal Nacional da Globo com menos ênfase) trazia editorial “informando” que as propostas aprovadas seriam todas “de vez em quando inconstitucional” e alertava sobre outros processos bem sucedidos também surgidos de “conferências com tinturas democráticas” na Venezuela, Equador e Argentina.

Já o Estadão, chegou a louvar as propostas de regulamentação dos Artigos 220 e 221 da Constituição (que tratam respectivamente da proibição de monopólios/oligopólios e da programação de rádios e TVs) para em seguida gritar contra a nova proposta para um Conselho Federal de Jornalismo, que eles

chamaram de “exumação de uma ameaça”.

Depois de toda a “polêmica” inventada pelos jornalões em cima do Plano Nacional de Direitos Humanos, o próximo alvo de acusações de “cerceamento da liberdade de expressão” deve ser a II Conferência Nacional de Cultura, marcada para março. Afinal, o encontro deverá trazer novamente em suas propostas expressões malditas para a direita conservadora como “controle social da mídia”, “quebra do monopólio dos meios de comunicação”, “necessidade de uma programação regionalizada”, “maior atuação do Estado”, etc.

Num ano eleitoral em que a oposição não tem uma proposta alternativa de governo que possa seduzir o eleitorado, a Grande Mídia certamente continuará investindo na desinformação e no medo que parcelas da população teriam do que eles denominam de “autoritarismo populista” que viria de uma democracia mais direta, com maior participação efetiva da população, como ocorre nas conferências nacionais. 2010 promete!

A comunicação como Direito Humano

Não importa o que digam Folhas, Globos, Bands e Vejas. Fatos são fatos. E o fato é que toda a “polêmica” com os militares em torno do lançamento do III Plano Nacional de Direitos Humanos não levou a um recuo do governo, mas sim a um grande avanço na edição de um novo decreto para a instalação do Grupo de Trabalho para organizar e instituir a Comissão da Verdade, que deverá colocar em pratos limpos as violações dos direitos humanos durante a ditadura. A questão se torturadores e assassinos fardados serão finalmente julgados ou estão sob a proteção da Lei de Anistia, já está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, que deve decidir em breve sob os olhos ainda mais atentos da população. Recuo ou derrota seria a revogação do



Grupos de trabalho: 601 propostas receberam 80% de aprovação decreto para sua modificação e reedição, o que não aconteceu.

Exatamente ao contrário disso, o PNDH-3 representa, na verdade, uma das primeiras vitórias concretas da Confecom. Afinal, apesar de oriundo de um outro processo mais consolidado por 11 Conferências de Direitos

Humanos já realizadas e estar em sua terceira versão (enquanto a Confecom ainda não produziu qualquer “plano nacional de comunicação”), o texto traz no título de sua diretriz 22: a “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura de direitos

humanos.” Ora, o acesso à comunicação como direito humano, é uma das novas bandeiras do movimento pela democratização nas comunicações e foi exaustivamente debatido nas reuniões preparatórias da Confecom e nas etapas municipais e estaduais. E propostas nesse sentido foram devidamente aprovadas ou por consenso (mais de 80% dos delegados nos Grupos de Trabalho) ou na plenária final da conferência (por exemplo as propostas 630 e 635 do GT-10). O tema sem dúvida estará na pauta de outras conferências, como a de Cultura a ser realizada em março, e está criando uma massa crítica que não o deixará ser ignorado nem pela Grande Mídia, nem pelo próprio Congresso Nacional.

Flamengo ganhou um título arranjado



Além de escritor diletante, jornalista desempregado, alcoólatra, hipocondríaco, bipolar e mitômano, tenho outro vício: sou torcedor fanático daquele time cuja torcida se chama Nação. Mas, como sou um homem sério, ciente de minhas obrigações, recebi uma denúncia anônima, de um agente da torcida arco-íris que prova por A mais B que o Hexa foi armado para o Flamengo. São provas irrefutáveis! Na próxima coluna vou provar que Elvis não morreu, que Michael Jackson era agente da KGB e que Vinícius de Moraes, na verdade, simulou ter partido desta para melhor para viver com suas nove esposas num protetorado muçulmano. Então vamos à carta recebida com os fatos:

“Caro Fulgêncio, aqui vai denúncia muito séria sobre armação feita para o Flamengo ser hexacampeão brasileiro, assinado, Torcedor Arco-íris Cançado de ser Vice.

Senhor Fulgêncio, não adianta negar, mas este campeonato

foi arranjado para o Flamengo.

Vejamos os fatos:

- O Flamengo teve a melhor campanha do 2º turno, alcançando desta maneira a liderança.

- O Flamengo teve a 2ª melhor defesa do campeonato.

- O Flamengo tem o artilheiro do campeonato e o craque do campeonato: Adriano e Pet.

- O Flamengo tem apenas 1 derrota nas últimas 16 rodadas (11 vitórias, 4 empates e 1 derrota) e está invicto nas 5 últimas (4 vitórias e 1 empate).

- O Internacional perdeu de 4x0 no Maracanã com time misto para ajudar o Flamengo.

- O Atlético-MG perdeu em casa, com gol olímpico de Pet, diante de 65 mil torcedores, só para ajudar o Flamengo.

- O Santos perdeu em casa só pra dar o título para o Flamengo.

Aliás, no jogo do Maracanã, o meia do Santos perdeu 2 pênaltis só para ajudar o Flamengo.

- O Lúcio Flávio, do Botafogo, perdeu um pênalti só para ajudar o Flamengo.

- O Náutico perdeu em casa, aceitando assim, ser rebaixado, só para ajudar o Flamengo.

- O Palmeiras, até então líder do campeonato, perdeu em casa, com gol olímpico de Pet, só para ajudar o Flamengo. E o Wagner Love ainda ajudou chutando um pênalti longe, já pensando em ir para o Mengão.

- O Corinthians que vinha de derrotas consecutivas para timaços como Náutico, Santo André e Avaí, só não ganhou do Flamengo para dar o título ao Rubro-Negro Carioca.

- E, até (pasmem) o São Paulo Fashion Week perdeu pro Goiás de propósito, abrindo mão do tetra consecutivo, porque tinha em mente ajudar o Flamengo.

c- Além disso o São Paulo Fashion Week nos dois jogos com o Flamengo empatou o de SP e perdeu o jogo no Rio

- Para culminar esse HEXA dis-

cutível, o Grêmio, time de pior campanha como visitante (11 derrotas e apenas 1 vitória em 18 jogos), contrapondo sua ótima campanha no Olímpico, jogou com time misto, como o Internacional fez no Maracanã, para ajudar o Flamengo.

Concluimos, a partir dos dados supracitados, que o Estado do Rio Grande do Sul mancomunado com a CIA, o FBI, a Abin, a Anvisa, a CBF, a Fifa, o STF, a Nasa, o Obama e a Comunidade Europeia conspiraram para dar o HEXA ao Flamengo”.

Diante de fatos irrefutáveis como este, só me resta denunciar a marmelada que foi este milionésimo título para o único time que tem uma torcida que se chama Nação.

E que em 2010 venham mais "marmeladas" como esta!

Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Falcatrua da senadora Kátia Abreu

Jeansley Lima*

Logo depois da aprovação do requerimento de abertura de uma nova CPMI no Congresso contra o MST, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) encomendou pesquisa ao Ibope, que ouviu 2.002 pessoas de todas as regiões do país, entre 12 e 16 de novembro de 2009. Para criar novo fato político e tentar desmoralizar o MST, a pesquisa CNA/Ibope contou com habitual complacência das principais emissoras de TV e grandes jornais impressos. O destaque dado foi que 60% dos brasileiros desaprovaram o MST. Somente 20% afirmaram conhecer bem o MST, enquanto 73% declararam conhecer pouco.



Não se sabe ao certo a definição do que é “conhecer bem o MST”, contudo, podemos fazer algumas suposições. A primeira é que os entrevistados de algum modo estiveram em assentamento ou processos educativos e culturais desenvolvidos. Com isso, teriam elementos para opinar. A mais provável é que os entrevistados acompanham a cobertura da mídia, especialmente da televisão, sobre o MST.

A velhinha de Taubaté seria capaz de prever os resultados de pesquisa encomendada pela senadora Kátia Abreu (DEM/TO), postulante a líder dos ruralistas. O caráter panfletário e manipulador são expostos em questões, que revelam as verdadeiras intenções. Exemplos foram as perguntas, se o entrevistado concorda ou discorda que “quem já possui propriedade hoje tem di-

Os ruralistas se defrontam com a legitimidade da reforma agrária na sociedade e que a maioria da população considera justa a sua causa.

reito de escolher se quer ou não produzir nela”, ou se o mesmo está de acordo com a seguinte frase: “o que lhe pertence nin-

guém pode tomar”. Como a grande maioria concordou, 77% e 87% respectivamente, a CNA pretende reiterar que a ocupação de terra é crime.

Com os burros n'água

Além de tratar questões políticas e sociais com uma perspectiva dissimulada, tenta legitimar a violência dos proprietários rurais. A pretensão deu com os burros n'água. Cerca de 60% dos entrevistados não concordam que latifundiários utilizem dos seus meios para evitar ocupações. Os contratantes da pesquisa devem ter ficado desapontados. Há mais uma tentativa desesperada dos ruralistas de relacionar o Governo Lula ao MST, insinuando que as ocupações são financiadas com recursos públicos. Porém, 35% acreditam que o governo

é desfavorável ao MST, superado apenas pela mídia, 40%, e o Congresso, 41%.

Também pondera ao público sobre os objetivos do MST, que segundo o Ibope são três: a luta pela terra; a distribuição de renda e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A CNA gostaria de saber se o seu discurso conservador e contra os pobres tinha ressonância, ou se a causa do MST era vista como justa. E 88% dos entrevistados concordam com os objetivos descritos, enquanto 58% acham que o MST é legítimo porque são trabalhadores querendo terra para trabalhar. Os ruralistas se defrontam com a legitimidade da reforma agrária na sociedade e que a maioria da população considera justa a sua causa.

*Mestre em História Social pela Universidade de Brasília.

Os pecados do Haiti

Eduardo Galeano*

A democracia haitiana nasceu há um instante. No seu breve tempo de vida, esta criatura faminta e doentia não recebeu senão bofetadas. Era uma recém-nascida, nos dias de festa de 1991, quando foi assassinada pela quartelada do general Raoul Cedras. Três anos mais tarde, ressuscitou. Depois de haver posto e retirado tantos ditadores militares, os Estados Unidos retiraram e puseram o presidente Jean-Bertrand Aristide, que havia sido o primeiro governante eleito por voto popular em toda a história do Haiti e que tivera a louca ideia de querer um país menos injusto.

Para apagar as pegadas da participação estado-unidense na ditadura sangrenta do general Cedras, os fuzileiros navais levaram 160 mil páginas dos arquivos secretos. Aristide regressou acorrentado. Deram-lhe permissão para recuperar o governo, mas proibiram-lhe o poder. O seu sucessor, René Prével, obteve quase 90 por cento dos votos, e mais poder do que Prével tem qualquer chefe de quarta categoria do Fundo Monetário ou do Banco Mundial, ainda que o povo haitiano não o tenha eleito nem sequer com um voto.

Mais do que o voto, pode o veto. Veto às reformas: cada vez que Prével, ou algum dos seus ministros, pede créditos internacionais para dar pão aos famintos, letras aos analfabetos ou terra aos camponeses, não recebe resposta, ou respondem ordenando-lhe: "Recite a lição. E como o governo haitiano não acaba de aprender que é preciso dismantelar os poucos serviços públicos que restam, últimos pobres amparos para um dos povos mais desamparados do



mundo, os professores dão o exame por perdido".

Em fins do ano passado, quatro deputados alemães visitaram o Haiti. Mal chegaram, a miséria do povo feriu-lhes os olhos. Então o embaixador da Alemanha explicou-lhe, em Porto-Príncipe, qual é o problema: "Este é um país superpovoado", disse ele. "A mulher haitiana sempre quer e o homem haitiano sempre pode".

E riu. Os deputados calaram-se. Nessa noite, um deles, Winfried Wolf, consultou os números. E comprovou que o Haiti é, com El Salvador, o país mais superpovoado das Américas, mas está tão superpovoado quanto a Alemanha: tem quase a mesma quantidade de habitantes por quilômetro quadrado. Durante os seus dias no Haiti, o deputado Wolf não só foi golpeado pela miséria como também foi deslumbrado pela capacidade de beleza dos pintores populares. E chegou à conclusão de que o Haiti está superpovoado... de artistas. (...)

O Haiti fora a pérola da coroa, a colônia mais rica da França: uma grande plantação de açúcar, com mão-de-obra escrava. No "Espírito das leis", Montesquieu havia explicado sem papas na língua: "O açúcar seria demasiado caro se os escravos não trabalhassem na sua produção. Os referidos escravos são negros desde os pés até à cabeça e têm o nariz tão achatado que é quase impossível deles ter pena. Torna-se impensável que Deus, que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, e sobretudo uma alma boa, num corpo inteiramente negro". Em contrapartida, Deus havia posto um açoite na mão do capataz. (...)

Em 1803 os negros do Haiti deram uma tremenda sova nas tropas de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdoou esta humilhação infligida à raça branca. O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. (...) Então começou o bloqueio. (...) Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento do país negro. O

governo haitiano havia-lhe entregue sete nave e muitas armas e soldados, com a única condição de que libertasse os escravos, ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o havia salvo.

(...)O Haiti já estava em mãos de ditaduras militares carniceiras, que destinavam os familiares recursos do país ao pagamento da dívida francesa. A Europa havia imposto ao Haiti a obrigação de pagar à França uma indenização gigantesca, a modo de perdão por haver cometido o delito da dignidade.

A história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental. Este artigo encontra-se em http://resistir.info/galeano/haiti_18jan10.html

*Jornalista e escritor uruguaio

Missão cumprida de Zilda Arns

Em seu último discurso, no Haiti, a médica Zilda Arns pediu que os agentes sociais locais se unissem na luta pela proteção à infância e na cobrança de políticas públicas para saúde e educação. Fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, Zilda morreu no terremoto que arrasou o país caribenhno dia 12 de janeiro, após proferir uma palestra para cerca de 150 pessoas em uma igreja de Porto Príncipe. A médica participava de uma conferência de religiosos, e foi ao Haiti para motivar os agentes e voluntários da entidade no país caribenhno. Em nota, o senador Flávio Arns (PSDB-PR), sobrinho de Zilda, informou que a médica foi atingida na cabeça e morreu na hora. Ela não ficou soterrada – o restante do corpo não apresentava qualquer tipo de ferimento.

Médica pediatra e sanitarista, irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, foi também fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e



da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Recebeu

diversas menções especiais e títulos de cidadã honorária no país. Da mesma forma, à Pastoral da Criança foram con-

cedidos diversos prêmios pelo trabalho que vem desenvolvido desde a sua fundação.

Sua experiência fez com que, em 1980, fosse convidada a coordenar a campanha de vacinação Sabin, para combater a primeira epidemia de poliomielite, que começou em União da Vitória, no Paraná, criando um método próprio, depois adotado pelo Ministério da Saúde. Em 1983, a pedido da CNBB criou a Pastoral da Criança.

No mesmo ano, deu início à experiência a partir de um projeto-piloto em Florianópolis. Após 25 anos, a pastoral acompanhou 1.816.261 crianças menores de seis anos e 1.407.743 de famílias pobres em 4.060 municípios brasileiros. Neste período, mais de 261.962 voluntários levaram solidariedade e conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania para as comunidades mais pobres, criando condições para que elas se tornem protagonistas de sua própria transformação social.

CUT prepara campanha de solidariedade ao Haiti

A direção Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo, dia 19 de janeiro de 2010, reafirmou sua solidariedade às vítimas do terremoto no Haiti. Decidiu começar campanha para ajudar na reconstrução daquele país, dando ênfase ao movimento sindical com o recolhimento de fundos entre os sindicatos brasileiros para serem remetidos às organizações que a CUT mantém relações no país. Em contato com sindicalistas haitianos que fizeram parte da

delegação internacional presente no 10º Concut, em agosto de 2009, a central foi informada da verdadeira catástrofe que se abateu sobre o povo. Muitos sindicalistas morreram, outros tantos tiveram casas e locais sindicais destruídos. A CUT assumiu o compromisso de reconstrução das organizações dos trabalhadores e assistir às famílias no Haiti.

A direção da CUT orienta que os sindicatos filiados contribuam com depósitos no Banco do Brasil, Agência 3324-

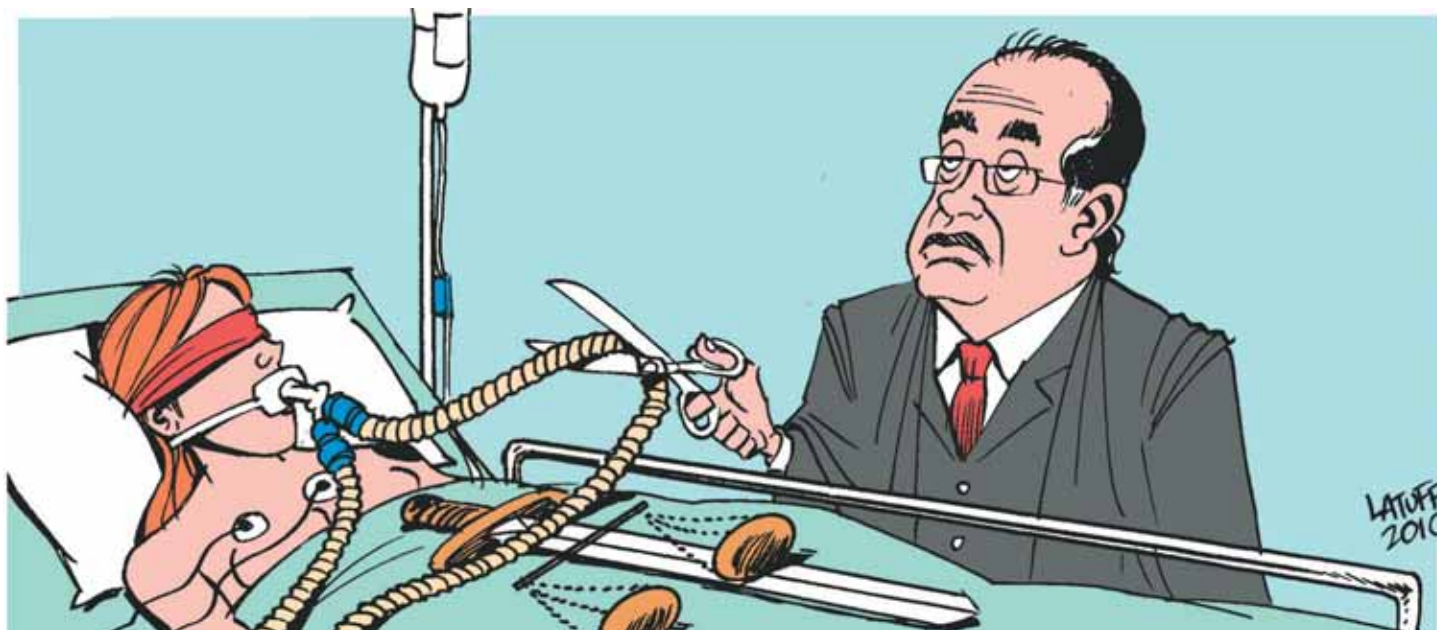
3 conta corrente 956251-6 (SOS Sindical Haiti). A CUT nacional vai repassar as doações às entidades haitianas. A direção propõe também organizar brigadas de trabalhadores para ajudar na reconstrução do Haiti, que precisa de médicos, enfermeiros, engenheiros e não de tropas de ocupação, seja dos EUA, seja da ONU.

Para a direção da CUT, a situação atual não é uma fatalidade, é fruto da super exploração e pilhagem das grandes potências, como a

França e os EUA, sobre o país que se constituiu na primeira nação negra independente do mundo em 1804.

A CUT ressalta que o enorme número de vítimas, estima-se em até 200 mil, e milhões de desabrigados em um país de 8 milhões de habitantes) e a amplitude da destruição é resultado das carências e precárias condições de infra-estrutura e habitações, em uma situação em que o desemprego atingia mais de 60% dos trabalhadores.

A Justiça está na UTI



Janice Ascari*

Após sucessivas intervenções jurídicas incomuns encontra-se agonizando, em estado grave, um dos mais escabrosos casos de corrupção e crimes de colarinho branco de que se teve notícia no Brasil. A Operação Satiagraha surpreendeu o país. Nem tanto pelos crimes (corrupção, lavagem de dinheiro e outros), velhos conhecidos de todos, mas sim pelas manifestações de autoridades e de instituições públicas e privadas em defesa dos investigados. Nunca se viu tamanho massacre contra os responsáveis pela investigação. Em vez do apoio à rigorosa apuração e punição, buscou-se desacreditar e desqualificar a investigação criminal colocando em xeque, com ataques vis e informações orquestradas e falaciosas, o sério trabalho conjunto do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, bem como a atuação da Justiça Federal.

O poder tornou vilões os que sempre se pautaram por critérios puramente jurídicos e reco-

locaram a questão no campo técnico, no cumprimento do dever funcional. Pouco se fala dos crimes e dos verdadeiros réus. Em julho de 2008, decretou-se a prisão dos investigados pela possibilidade real de orquestração e destruição de provas. A prisão preventiva do cabeça da organização foi criteriosamente determinada em sólida decisão, embasada em documentos e em fatos confirmados nos autos, como a grande soma de dinheiro apreendida com os investigados, provando ser hábito do grupo o pagamento de propinas a autoridades.

Apesar de tantas evidências, o presidente do STF revogou a prisão por duas vezes em menos de 48 horas. Os fatos criminosos, gravíssimos, foram ignorados. Pateticamente, o plenário do STF referendou o "HC canguru" (aquele habeas corpus que pula instâncias) e voltou-se contra o juiz, mas sem a anuência dos ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio, o único que leu e analisou minuciosamente as decisões de primeiro grau.

Iniciou-se um discurso lendário, inconsequente e retórico para incutir, por repetição, a ideia da existência de um terrível "Estado policalesco" e da "grampolândia" brasileira, uma falação histriônica a partir de um "grampo" que jamais existiu. Alcançou-se o objetivo de afastar policiais experientes, de trabalho nacionalmente reconhecido e consagrado: o então diretor da Abin foi convidado a deixar o cargo; o delegado de Polícia Federal que presidiu o inquérito foi afastado e corre risco de exoneração.

No apagar de 2009, duas decisões captaram a atenção da comunidade jurídica. A primeira, pelo ineditismo: na Reclamação 9.324, ajuizada diretamente no STF, alegou-se dificuldade de acesso aos autos. O juiz informou ter deferido todos os pedidos de vista. Sobreveio a inusitada liminar: o ministro Eros Grau determinou que todas as provas originais fossem desentranhadas do processo (!) e encaminhadas a seu gabinete. Doze caixas de provas viajaram de caminhão por horas a fio e repousam no STF.

A segunda foi a liminar dada pelo ministro Arnaldo Esteves Lima (STJ, HC 146.796), na véspera do recesso. Por meio de decisão pouco clara e de apenas 30 linhas, apesar da robusta manifestação contrária da Procuradoria-Geral da República, todas as ações e investigações da Satiagraha foram suspensas e poderão ser anuladas, incluindo o processo no qual já houve condenação por corrupção. A alegação foi de suspeição do juiz, rechaçada há mais de um ano pelo TRF-3ª Região. O réu não recorreu naquela ocasião. Preferiu esperar dez meses para impetrar HC no STJ. As duas decisões são secretas. Não foram publicadas e não constam dos sites do STF e do STJ. Juntas, fulminam a megaoperação que envolveu anos de trabalho sério. Reforçam a sensação de impunidade para os poderosos, que jamais prestam contas à sociedade pelos crimes cometidos.

* Procuradora regional da República e ex-conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público.

LEI DA ANISTIA...

MILITANTES
DE ESQUERDA

PRESOS?

SIM NÃO

TORTURADOS?

SIM NÃO

DESAPARECIDOS?

SIM NÃO

EXECUTADOS?

SIM NÃO



MILITARES
TORTURADORES

PRESOS?

SIM NÃO

TORTURADOS?

SIM NÃO

DESAPARECIDOS?

SIM NÃO

EXECUTADOS?

SIM NÃO



Aprenda Espanhol e Inglês no Sisejufe

Cursos de qualidade a preços acessíveis



O Departamento de Cultura e Formação do Sisejufe preparou um calendário especial de cursos para 2010. Há vagas para aulas de Espanhol e Inglês, tanto para iniciantes quanto para quem já tem alguma noção de língua estrangeira. As inscrições já podem ser feitas. É preciso ser sindicalizado. Não serão aceitas matrículas de servidores não filiados ao Sisejufe. Quem não for associado pode preencher a ficha de sindicalização e fazer a matrícula. Trabalhadores sindicalizados de outros sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ) também podem participar. Basta entrar em contato com o sindicato no telefone 2215-2443. Há limitação de inscrições.

PROGRAMAÇÃO

ESPAÑHOL

Iniciantes: Terça-feira e quinta-feira: 9:30h às 11h (aulas na sede Senador Dantas)
Terças e quintas durante a tarde, 15h às 16h30m (turma para aposentados e dependentes). Aulas na sede Presidente Vargas. Duração, dois anos.

Preços: R\$ 40 para servidores filiados ao sindicato ou de sindicatos filiados à CUT-RJ.

Dependentes: R\$ 50 – Convidados outros, R\$ 70.
Iniciantes, curso da CUT/Sisejufe.

Sábados, de 8 às 12 horas (aulas na Presidente Vargas e excepcionalmente, na Senador Dantas).

Preços: R\$ 50 para trabalhadores filiados aos sindicatos da CUT (incluindo o Sisejufe).
R\$ 60 para dependentes.
Convidados outros: R\$ 70.

Curso de tópicos avançados de espanhol
(Exige conhecimento prévio de nível intermediário).
Quartas-feiras à noite na sede Senador Dantas.
Valor único: R\$ 70

Inscrições com Roberto Marins, no email
formacao@sisejufe.org.br <mailto:formacao@sisejufe.org.br>
ou no 2215-2443.

Informações, Roberto Ponciano, email
roberto@sisejufe.org.br <mailto:roberto@sisejufe.org.br> ou
fone, 9189-9746

Início das aulas:

Turmas das terças e quintas: Dia 23 de fevereiro
Turma de tópicos: Dia 24 de fevereiro
Turma de sábado: Dia 27 de fevereiro

O pagamento da primeira mensalidade na primeira aula.
Mais informações com Roberto Ponciano pelo 9189-9746
ou roberto@sisejufe.org.br -
<mailto:roberto@sisejufe.org.br>

INGLÊS

Conversação - para quem já tem conhecimento em Nível Intermediário. Às segundas e quartas a partir de 22 de fevereiro de 9h30m às 11 horas

Nível pré-intermediário - para quem já tem um mínimo de conhecimento do idioma. Às terças e quintas a partir de 02 de fevereiro de 9h às 10h30m.

Preços: R\$ 40 para sindicalizados do Sisejufe e demais sindicatos da CUT
R\$ 50 para dependentes dos sindicalizados
R\$ 70 para convidados dos associados

Curso Livre de Língua Inglesa

Nível Pré-intermediário e Intermediário - Continuação do Curso Básico iniciado em março de 2009. Com aulas expositivas, interativas, ênfase na conversação. Uso de livro didático, DVD, filmes, música. Exercícios domiciliares. Avaliação oral e escrita. Um ano de duração.

Início: 02/02/2010 - **Término:** 30/11/2010
Total: 150 horas aula

